



**Rui Manuel da Silva  
Coutinho**

**O Regulamento (CE) nº 1606/2002: Impacto na  
Utilização da Linguagem XBRL**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Alberto Lourenço dos Santos, Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à minha filha.

## **Júri**

Presidente

**Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo**

Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Orientador

**Doutor Carlos Alberto Lourenço dos Santos**

Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Arguente

**Doutor Paulo Alexandre Pimenta Alves**

Professor Auxiliar da Universidade Católica Portuguesa

## **Agradecimentos**

O meu sincero agradecimento ao orientador desta Dissertação de Mestrado, Doutor Carlos Alberto Lourenço dos Santos, pelas suas sugestões pertinentes, pelo seu constante incentivo e pela disponibilidade e amizade com que sempre soube orientar as diversas etapas deste trabalho.

Agradeço também ao grupo de amigos de estudo pela ajuda e partilha ao longo deste percurso comum que culmina neste trabalho e sem os quais certamente não teria conseguido chegar ao fim.

Aos colegas de serviço o meu agradecimento pela forma cordial e amigável como sempre souberam gerir a minha ausência.

Um agradecimento especial à minha esposa pelo apoio e compreensão que teve durante todo este percurso.

## Palavras-chave

Relato Financeiro, Informação Financeira, Normalização, XBRL

## Resumo

Os aspectos culturais, económicos e políticos têm influenciado as práticas contabilísticas a nível mundial, originando diferentes normativos nos diversos países. Com a globalização, a comparabilidade é cada vez mais uma das principais características exigidas pelos destinatários da informação financeira, em especial pelos mercados financeiros que, por sua vez, têm assumido especial destaque na economia mundial.

A fim de obter a tão desejada comparabilidade, a União Europeia iniciou o processo de harmonização contabilística, publicando o Regulamento (CE) nº 1606/2002, que veio obrigar as sociedades presentes nos seus mercados financeiros a adoptarem as Normas Internacionais de Contabilidade nas contas consolidadas. Com este processo ficaram criadas as condições necessárias para uma normalização ao nível do suporte do relato financeiro.

O desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação veio proporcionar o aparecimento de linguagens específicas de relato financeiro. A *eXtensible Business Reporting Language* (XBRL), apresenta vantagens incontestáveis que ajudam a melhorar a relevância, fiabilidade e comparabilidade da informação financeira.

No entanto, passado uma década após o início do seu desenvolvimento a XBRL não é ainda a linguagem padrão no relato financeiro. Importa analisar o desfasamento referido relativamente à linguagem XBRL na União Europeia, bem como a sua representatividade relativamente a outros formatos utilizados na divulgação do relato financeiro.

**Keywords**

Financial Reporting, Financial Information, Normalization, XBRL

**Abstract**

The cultural, economic and politics aspects have influenced the worldwide accounting practices, creating different rules in different countries. With globalization, comparability is increasingly one of the main characteristics required by users of financial reporting, particularly by the financial markets which have assumed particular prominence in the global economy.

In order to achieve the much desired comparability, the European Union started the process of harmonization accounting, publishing Regulation (EC) n° 1606/2002, which requires listed companies in their financial markets to adopt International Accounting Standards in the consolidated accounts. With this process were created the conditions for a normalisation in the support of financial reporting.

The development of new information and communication technologies offer came the emergence of specific language of financial reporting. The eXtensible Business Reporting Language (XBRL), has advantages that help improve the relevance, reliability and comparability of financial information.

However, past a decade after the start of its development, XBRL is not yet the standard language in financial reporting. Therefore, it is crucial to examine the gap mentioned for the XBRL language in the European Union and its representativeness in relation to other formats used in the disclosure of financial reporting.

## Índice

1	Introdução .....	1
2	Revisão Bibliográfica.....	4
2.1	Normalização Contabilística do Relato Financeiro.....	4
2.2	Normalização da Divulgação da Informação Financeira.....	6
2.3	Formatos Digitais Utilizados na Divulgação da Informação Financeira.....	8
2.3.1	Portable Document Format (PDF) .....	9
2.3.2	Processador de Texto e Folha de Cálculo .....	10
2.3.3	HyperText Markup Language .....	11
2.3.4	Extensible Markup Language.....	12
2.3.5	Extensible Business Reporting Language .....	14
2.3.5.1	Elementos da Taxonomia XBRL.....	18
2.3.5.2	Ferramentas XBRL.....	20
2.4	Identificação e Declaração do Problema .....	21
2.4.1	O Regulamento (CE) nº 1606/2002 como Facilitador da Linguagem XBRL.....	22
3	A Linguagem XBRL na União Europeia .....	25
3.1	Síntese Histórica .....	25
3.2	Caso Particular da União Europeia.....	29
3.2.1	Alemanha.....	29
3.2.2	Áustria .....	30
3.2.3	Bélgica.....	30
3.2.4	Dinamarca .....	31
3.2.5	Espanha .....	31
3.2.6	França .....	31
3.2.7	Irlanda.....	32
3.2.8	Itália.....	32
3.2.9	Luxemburgo .....	32
3.2.10	Países Baixos.....	32

3.2.11	Polónia.....	32
3.2.12	Portugal .....	33
3.2.13	Reino Unido .....	34
3.2.14	Suécia .....	34
3.2.15	Outros .....	35
4	Estudo Empírico.....	36
4.1	Considerações Iniciais .....	36
4.2	Metodologia.....	37
4.2.1	COREP / FINREP .....	38
4.3	Análise dos Resultados por Estado-Membro.....	39
4.3.1	Alemanha.....	39
4.3.2	Áustria .....	40
4.3.3	Bélgica.....	41
4.3.4	Bulgária .....	41
4.3.5	Chipre .....	42
4.3.6	Dinamarca .....	42
4.3.7	Eslováquia .....	42
4.3.8	Eslovénia .....	43
4.3.9	Espanha .....	43
4.3.10	Estónia.....	43
4.3.11	Finlândia.....	44
4.3.12	França .....	44
4.3.13	Grécia .....	44
4.3.14	Hungria.....	45
4.3.15	Irlanda.....	45
4.3.16	Itália.....	46
4.3.17	Letónia.....	46
4.3.18	Lituânia.....	46
4.3.19	Luxemburgo .....	47



4.3.20	Malta.....	47
4.3.21	Países Baixos.....	47
4.3.22	Polónia.....	48
4.3.23	Portugal .....	48
4.3.24	Reino Unido .....	48
4.3.25	República Checa.....	49
4.3.26	Roménia.....	49
4.3.27	Suécia .....	50
4.4	Considerações Finais .....	50
4.4.1	Autoridades Reguladoras dos Mercados de Capitais .....	50
4.4.2	Outras Autoridades.....	53
5	Conclusões e Proposta de Trabalhos Futuros .....	57
5.1	Limitações Encontradas.....	57
5.2	Conclusões.....	57
5.3	Proposta de Trabalhos Futuros .....	59
	Referências Bibliográficas .....	61

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Apresentação dos elementos que formam a linguagem XBRL

Figura 2 – Funcionamento da linguagem XBRL

Figura 3 – Jurisdições XBRL na União Europeia

Figura 4 – Distribuição das Autoridades Supervisoras que aceitam a linguagem XBRL na União Europeia

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Conferências Internacionais sobre XBRL

Tabela 2 – Resultado do questionário às autoridades reguladoras dos mercados de capitais

Tabela 3 – Resultado do questionário às autoridades reguladoras dos mercados de capitais  
(Formatos)

Tabela 4 – Uso da linguagem XBRL no relato a outras autoridades

Tabela 5 – Uso da linguagem XBRL no relato a outras autoridades (Formatos)

## Glossário

AECA	- <i>Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas</i>
AFM	- <i>Autoriteit Financiële Markten</i> (Países Baixos)
AICPA	- <i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
AMF	- <i>Autorité des Marchés Financiers</i> (França)
APOTEC	- Associação Portuguesa de Técnicos de Contas
BaFin	- <i>Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht</i> (Alemanha)
BNR	- <i>Banca Nationala a României</i> (Roménia)
Bovespa	- Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil)
BP	- Banco de Portugal
CBFA	- <i>Commission Bancaire, Financière et des Assurances</i> (Bélgica)
CBFSAI	- <i>Central Bank &amp; Financial Services Authority of Ireland</i> (Irlanda)
CEBS	- <i>Committee of European Banking Supervisors</i>
CESR	- <i>The Committee of European Securities Regulators</i>
CMVM	- Comissão de Mercados dos Valores Mobiliários
CNB	- <i>Czech National Bank</i> (República Checa)
CNC	- Comissão de Normalização Contabilística
CNMV	- <i>Comisión Nacional del Mercado de Valores</i> (Espanha)
CNVM	- <i>Comisia Nationala a Valorilor Mobiliare</i> (Roménia)
CONSOB	- <i>Commissione Nazionale per le Società e la Borsa</i> (Itália)
COREP	- <i>COmmon solvency ratio REPorting framework</i>
CRD	- Capital Requirements Directive
CSOEC	- <i>Conseil Supérieur de l'Ordre des Experts-Comptables</i>
CSSF	- Commission de Surveillance du Secteur Financier (Luxemburgo)
CSV	- <i>Comma Separated Values</i>
CTOC	- Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas
CySec	- <i>Syprus Securities and Exchange Commission</i> (Chipre)
DNB	- <i>De Nederlandsche Bank</i> (Países Baixos)

DTD	- <i>Document Type Definition</i>
EDIFACT	- <i>Electronic Data Interchange For Administration, Commerce, and Transport</i>
FIN-FSA	- <i>Finnish Financial Supervision Authority</i> (Finlândia)
FINREP	- <i>FINancial REPorting</i>
FKTK	- <i>Finansu un Kapitāla Tirgus Komisija</i> (Letónia)
FpML	- <i>Financial Products Markup Language</i>
FRTA	- <i>Financial Reporting Taxonomies Architecture</i>
FSA	- <i>Financial Services Authority</i> (Reino Unido)
FSC	- <i>Financial Supervision Commission</i> (Bulgária)
GAAP	- <i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
GABRIEL	- <i>GAthering Better Regulatory Information ELelectronically</i>
HCMC	- <i>Hellenic Capital Market Commission</i> (Grécia)
HTML	- <i>HyperText Markup Language</i>
IAS	- <i>International Accounting Standard</i>
IASB	- <i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	- <i>International Accounting Standard Committee</i>
IASCF	- <i>International Accounting Standard Committee Foundation</i>
IES	- <i>Informação Empresarial Simplificada</i>
IFRS	- <i>International Financial Reporting Standard</i>
INE	- <i>Instituto Nacional de Estatísticas</i>
ISP	- <i>Instituto de Seguros de Portugal</i>
MER	- <i>Mandatory Electronic Reporting</i>
MFSA	- <i>Malta Financial Services Authority</i> (Malta)
MVP	- <i>Melde- und Veröffentlichungsplattform</i>
NBB	- <i>National Bank of Belgium</i> (Bélgica)
NBS	- <i>National Bank of Slovakia</i> (Eslováquia)
NIC	- <i>Normas Internacionais de Contabilidade</i>
OCDE	- <i>Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico</i>
OROC	- <i>Ordem dos Revisores Oficiais de Contas</i>

PDF	- <i>Portable Document Format</i>
PFSA	- <i>Polish Financial Supervision Authority</i> (Polónia)
RTF	- <i>Rich Text Format</i>
SAF-T	- <i>Standard Audit File for Tax purposes</i>
SEC	- <i>Securities and Exchange Commission</i>
SGML	- <i>Standard Generalized Markup Language</i>
TREM	- <i>Transaction Reporting and Exchange Mechanism</i>
UE	- <i>União Europeia</i>
UN/CEFACT	- <i>United Nations Centre for Trade Facilitation and Electronic Business</i>
XBRL	- <i>eXtensible Business Reporting Language</i>
XFRML	- <i>eXtensible Financial Reporting Markup Language</i>
XHTML	- <i>eXtensible Hypertext Markup Language</i>
XLink	- <i>XML Linking Language</i>
XML	- <i>eXtensible Markup Language</i>
XPath	- <i>XML Path Language</i>
XSL	- <i>eXtensible Stylesheet Language</i>
XSLT	- <i>eXtensible Stylesheet Language for Transformation</i>
W3C	- <i>World Wide Web Consortium</i>
WWW	- <i>World Wide Web</i>

## **1 Introdução**

O relato financeiro assume uma crescente e vital relevância para os mercados de capitais, sendo crucial assegurar a qualidade da informação. As principais características exigidas pelos mercados financeiros à informação contida no relato financeiro são a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade. Todas estas características dependem da qualidade dos normativos contabilísticos subjacentes.

A comparabilidade, de especial interesse para este trabalho, é um aspecto central dos mercados de capitais actuais, caracterizado por fronteiras cada vez mais ténues. Esta necessidade de comparabilidade ao nível internacional justifica por si a urgência de harmonização das normas contabilísticas.

O Regulamento (CE) nº 1606/2002 veio dar um importante contributo nesse sentido, não só a nível europeu mas também como indutor dessa harmonização a nível mundial, que, associada ao grande desenvolvimento tecnológico, veio facilitar o desenvolvimento das linguagens de relato financeiro.

Nos tempos actuais, em que a informação financeira assume cada vez mais o papel principal no processo de tomada de decisão, é essencial que a divulgação dessa informação seja feita de forma rápida, transparente e objectiva, caso contrário perde relevância.

A crise que assola actualmente os mercados financeiros, resultante em parte de escândalos financeiros, vem descredibilizar os defensores de um mercado livre e auto-regulado e, por isso, as atenções centram-se nas entidades reguladoras e no relato financeiro.

Às entidades reguladoras são apontadas eventuais falhas nas suas funções de regulação e supervisão, no entanto, estas defendem-se alegando limitações de âmbito legislativo e salientam que os investidores também têm de fazer a sua análise à informação financeira divulgada (Tavares, 2008).

Na base do paradigma relativo à análise da informação financeira, por parte dos seus diversos destinatários, está o relato financeiro. Todos os destinatários da informação financeira exigem um relato financeiro fiável, transparente e comparável.

Adicionalmente, os investidores desejam informação em formato fácil de obter e que potencie o tratamento e análise. É neste contexto que as novas tecnologias assumem um papel fundamental.

Assim, começaram a ser utilizadas linguagens de marcação para divulgação do relato financeiro que, desde logo, despertaram grande interesse nos principais destinatários da informação económica e financeira por permitir, de forma célere e transparente, o acesso à informação e a análise mais ou menos detalhada em função dos interesses de cada destinatário.

Com base nas linguagens de marcação, surge a XBRL, uma linguagem para comunicação electrónica de dados de relato financeiro e económico. O aparecimento desta linguagem estabelece um marco importante na divulgação e transferência de informação financeira, uma vez que permite que todos os destinatários tenham acesso à informação de forma instantânea, fiável, transparente e com uma quase total exclusão dos custos de tratamento dos dados. Estas vantagens, associadas ao processo de harmonização contabilística, vieram facilitar a comparabilidade da informação económica e financeira.

No entanto, apesar da normalização contabilística suportada na UE pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002, a implementação da linguagem XBRL tem ficado um pouco aquém das expectativas iniciais e por isso interessa perceber, para além do funcionamento da linguagem, como tem sido a sua evolução histórica, os motivos porque outras formas de relato financeiro continuam a ser utilizadas e o estado de aplicação nos diversos países da UE.

Para dar resposta a estas questões, no segundo capítulo deste trabalho, é feita uma revisão bibliográfica sobre a normalização contabilística do relato financeiro e a normalização dos formatos de divulgação da informação financeira. É feita igualmente a revisão bibliográfica sobre os formatos mais utilizados nessa divulgação, passando, no caso particular da linguagem XBRL, pela descrição do seu funcionamento e das ferramentas disponíveis.

No final do segundo capítulo, tendo por base a revisão bibliográfica, é identificado o problema e definidas estratégias de dissecação do mesmo.



Para que a análise ao problema contemple os vários aspectos que poderão influenciar as conclusões, no terceiro capítulo é analisada a evolução histórica da linguagem XBRL, com especial destaque nos países da UE.

No quarto capítulo tem lugar o estudo empírico, o qual inicia com algumas considerações e passa pela definição da metodologia utilizada e pela análise detalhada da situação em cada país da UE, terminado com a análise dos resultados na UE em termos globais.

Neste estudo concluímos que apenas 4 autoridades reguladoras dos mercados de capitais e 7 autoridades bancárias da UE recebem informação financeira em linguagem XBRL, confirmando assim, o baixo grau de utilização da linguagem por parte das sociedades cotadas nos mercados europeus.

No quinto capítulo são apresentadas as conclusões deste trabalho, bem como pistas para estudos futuros. As conclusões centram-se na análise aos resultados do estudo e nas suas possíveis causas. São também apresentadas soluções, que passam essencialmente pela necessidade de *enforcement* por parte das autoridades reguladoras e pela disponibilização gratuita de ferramentas para construção e análise de ficheiros XBRL.

## **2 Revisão Bibliográfica**

### **2.1 Normalização Contabilística do Relato Financeiro**

A divulgação da informação financeira tem vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante na vida das empresas, sendo que diversos estudos apontam, entre outros, uma redução no custo de capital (Alencar, 2005; Botasan, 1997; Chen, Chen, e Wei, 2005; Cheng, Collins, e Huang, 2006; Eaton, Nofsinger, e Weaver, 2007).

As crescentes necessidades de financiamento através dos mercados de capitais e uma vez que, o sucesso ou insucesso de tais operações de financiamento depende da forma e da rapidez com que os resultados e a posição financeira são divulgados, leva a que as empresas passem a concentrar especial interesse nessa divulgação.

Nesta procura de capital é “cada vez mais frequente encontrarmos empresas que, beneficiando de um dos aspectos positivos da globalização, pretendendo encontrar financiamento em vários mercados, procuram fazer cotar os seus valores mobiliários em várias praças financeiras”. (Cravo, 2004, p. 3)

No entanto, as diferenças culturais, económicas e políticas entre os países, potenciadas pela maior ou menor capacidade de influência dos destinatários da informação, levam a que existam divergências ao nível da contabilidade e do relato financeiro, como refere Cunha (2004). Estas divergências obrigam as empresas a apresentarem a informação financeira segundo vários normativos, conforme o país onde pretendam cotar os seus valores mobiliários. Essa obrigação das empresas proporciona, para além do cumprimento das obrigações legais desse mercado, facilidade na compreensão da informação financeira aos investidores desse mesmo mercado.

A necessidade de apresentação da informação financeira segundo vários normativos, como refere Cravo (2004), por um lado, acarreta custos às empresas para reformular a sua informação financeira em conformidade com as normas vigentes em cada um dos países onde operam. Por outro lado, conduz à divulgação de informação dissemelhante (por exemplo: quantias diferentes de activos, passivos ou resultados), sendo este facto gerador

de confusão nos mercados e contribuindo para a descredibilização da informação contabilística como um todo.

Deste modo, os mercados financeiros, para além de relevância e fiabilidade, começam a exigir também comparabilidade da informação financeira elaborada em conformidade com os diferentes normativos, ou seja, harmonização contabilística, de modo a que não seja necessário apresentar as demonstrações financeiras de acordo com os diversos normativos.

A comparabilidade é composta por duas vertentes: comparabilidade temporal (vertical), relativa à posição financeira e aos resultados das operações da empresa nos diferentes períodos e comparabilidade transversal (horizontal) relativa às várias empresas. O facto dos países terem normativos diferentes vem dificultar a obtenção desta segunda vertente da comparabilidade.

Rodrigues e Pereira (2004, p. 79) reforçam que “a diversidade contabilística constitui uma das principais barreiras à análise internacional das demonstrações financeiras, com repercussões para os utilizadores da informação, empresas, mercados de valores e organismos reguladores, que estão cada vez mais interessados na homogeneização dos requisitos e normas de contabilidade a seguir nas bolsas de todo o mundo”.

“As recentes dinâmicas da União Europeia em matéria contabilística por força das alterações na economia (por exemplo, globalização), por um lado, e, por outro, por alguma incapacidade política dos Estados-Membros se entenderem relativamente a um modelo contabilístico, conduziu à adopção das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)” (Antão et al., 2007, p. 32).

Assim, com o objectivo de se obter a comparabilidade da informação proporcionada pelo relato financeiro, a União Europeia deu um passo importante com a publicação do Regulamento (CE) nº 1606/2002 de 19 de Julho, o qual obriga as sociedades, que tenham os seus valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro, a partir de 2005, a apresentarem as suas contas consolidadas em conformidade com as NIC emitidas pelo IASB (Parlamento Europeu, 2002).

A CMVM (2005, p. 1) “considera que a comparabilidade da informação financeira é uma característica essencial para o desenvolvimento do mercado de capitais, na medida em que facilita a tomada de decisões de investimento. A CMVM considera igualmente que as normas internacionais de contabilidade são hoje em dia um referencial geralmente aceite por todos os intervenientes nos mercados de capitais no espaço europeu”.

Refere ainda a CMVM (2005) que o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 se aplica a mais de sete mil sociedades cotadas (sociedades que tenham os seus valores mobiliários admitidos à negociação) nos Estados-Membros contribuindo, claramente, para a comparabilidade nos mercados de capitais da União Europeia.

O Regulamento (CE) n.º 1606/2002 vem assim contribuir para a harmonização do relato financeiro não só a nível europeu, mas também a nível mundial, tendo presente a relevância que o mercado europeu tem tido no panorama financeiro mundial. Desta forma, tem sido feita a aproximação ao objectivo proposto pelo regulamento, ou seja, a tão proclamada comparabilidade.

## **2.2 Normalização da Divulgação da Informação Financeira**

A normalização do relato financeiro, para assumir uma perspectiva universal, terá de ser entendido e o seu conteúdo facilmente reconhecido por qualquer sistema de informação para posterior análise e comparação. Mas para que possa assumir essa perspectiva universal, não basta apenas a normalização do relato financeiro em termos contabilísticos, será necessário também a normalização dos aspectos formais, de modo a que o seu conteúdo possa ser facilmente transferido e entendido por qualquer sistema de informação.

O desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação veio proporcionar novas formas de divulgação da informação financeira. A possibilidade de transferência e visualização da informação através de suportes digitais, reduzindo a necessidade de utilização do suporte em papel, proporcionada por essas novas tecnologias constituiu uma enorme evolução na celeridade e na difusão da informação financeira.

Apesar de poder vir a exigir alterações ao nível dos processos de preparação da informação e dos sistemas de controlo interno e de auditoria, só através da celeridade, proporcionada

pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, é possível a aproximação à divulgação da informação financeira em tempo real.

Esta aproximação à divulgação da informação financeira em tempo real poderá vir a limitar as possibilidades de manipulação de resultados e, como referem Ferreira e Santos (2005), provavelmente alguns escândalos financeiros teriam produzido efeitos mais reduzidos se as organizações em que se verificaram tivessem contemplado no seu modelo de negócio o processo de elaboração do relato financeiro em tempo real.

Neste sentido, como refere Lymer (1999), a internet é um exemplo do resultado do desenvolvimento e melhoramento das infra-estruturas de comunicação entre computadores, por oferecer rapidez e disponibilidade da informação a custo reduzido. Estas vantagens vieram influenciar a actividade contabilística, em especial a divulgação e transferência da informação financeira.

Esta nova forma de divulgação implicou também a criação e alteração de procedimentos a fim de não permitir que o uso abusivo da internet pudesse distorcer a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das operações da empresa.

De acordo com Faria (2005, p. 31), “com a aplicação das novas tecnologias da informação à contabilidade esta revolucionou toda a sua prática. O uso da internet como meio para a comunicação da informação financeira impõe a necessidade de um mínimo de normalização na sua apresentação, de forma similar ao que vem sendo apresentado em papel”.

Neste sentido, como referem Silva e Alves (2001), com o intuito de proteger situações de relato financeiro incompleto, fora do contexto ou contendo informação adicional sem a menção de termos de responsabilidade, entre outras, os diversos organismos normalizadores e reguladores do mercado encetaram esforços no sentido de criar regras para a divulgação de informação financeira, utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação.

Referem ainda os mesmos autores que, com esta mudança de paradigma de relato financeiro, os auditores se deparam com novos desafios, que terão reflexos não só no

relatório de auditoria, mas também na formação da opinião, que por sua vez dependerá designadamente da acrescida diversidade das fontes de informação e da velocidade de disponibilização da informação.

### **2.3 Formatos Digitais Utilizados na Divulgação da Informação Financeira**

Os formatos digitais utilizados na divulgação da informação financeira podem ser de vários tipos, assumindo vantagens e desvantagens, em função dos objectivos pretendidos. Alguns destes formatos apenas permitem a reprodução do tradicional formato em papel, outros, vão mais longe, permitindo a interpretação do seu conteúdo pelos sistemas de informação.

Para que o relato financeiro seja eficiente, não basta que os sistemas de informação consigam reconhecer o seu formato, é necessário que esses sistemas localizem, identifiquem e traduzam o significado dos dados neles contidos, ou seja, é necessário que, para além da linguagem em que é apresentado, também o seu conteúdo em termos técnicos esteja normalizado de forma a poder ser processado automaticamente.

No entanto, outros problemas poderão surgir, mesmo que, por exemplo, se estabelecessem normas de configuração de uma folha de cálculo, de modo a que cada dado relativo à informação financeira de uma entidade tivesse uma posição pré-definida, desde logo surgiram os seguintes problemas: por um lado, este formato ficaria dependente do produtor da referida folha de cálculo e, por outro lado, esta informação não seria extensível, ou seja, não seria fácil acrescentar informação referente ao mesmo elemento.

Para colmatar esta situação, surgiram as linguagens baseadas na SGML<sup>1</sup>, tal como o XML<sup>2</sup>. Estas linguagens permitem identificar os dados nelas contidos através de etiquetas (marcações). Com o recurso a essas etiquetas cada dado é identificado individualmente, permitindo que se acrescentem novos dados etiquetados sem que se perca a localização dos anteriores, uma vez que essa localização não é feita através da sua posição relativa dentro

---

<sup>1</sup> A SGML é uma norma ISO para definição de estruturas de documentos electrónicos para aplicações baseadas em esquemas de marcações (Bryant University, 2008).

<sup>2</sup> Linguagem de publicação e transferência de dados baseada num formato de texto simples e muito flexível (W3C, 2008).

do ficheiro mas sim através do nome da etiqueta atribuída ao dado, conferindo à linguagem características de extensibilidade.

Para que se possa então falar de uma linguagem universal, é necessário normalizar a terminologia das referidas etiquetas, ou seja, definir o nome de cada etiqueta para cada dado a transferir, para que o sistema receptor consiga identificar esses dados, evitando a necessidade de interpretação e reintrodução da informação pelo utilizador.

Interessa agora analisar as vantagens e desvantagens dos formatos digitais mais utilizados para que se compreenda a razão porque continuam a ser utilizados na divulgação do relato financeiro.

### **2.3.1 Portable Document Format (PDF)**

Como referem Gray e Debreceeny (2001), muitas empresas colocam em *websites* próprios os seus relatórios financeiros em formato PDF. Esta tendência foi confirmada em Portugal pelo estudo realizado em 2004 por Alves (2005), no qual a referida autora concluiu que relativamente às empresas que divulgaram informação financeira na internet em 2004, 70% apresentaram os referidos relatórios em formato PDF. Também no Brasil em 2005, 42,4% das empresas cotadas na bolsa Bovespa e que disponibilizaram as suas demonstrações financeiras na internet fizeram-no em formato PDF (Moreira, Luiz, e Sakata, 2007).

Esta tendência fica a dever-se, por um lado, à facilidade de elaboração e colocação no *website* dos relatórios financeiros elaborados neste formato e, por outro lado, esses relatórios quando descarregados e impressos mantêm o formato original, dificultando também a sua falsificação.

No entanto, o formato PDF apresenta alguns inconvenientes, como seja, a necessidade do computador ter instalado, no mínimo, o programa de leitura deste formato (*Adobe Acrobat Reader*), ficando assim dependente de um produtor de *software*.

A transferência deste formato, do *website* para o computador local, também poderá tornar-se um processo moroso, uma vez que este tipo de ficheiro guarda todos os atributos originais, produzindo relatórios financeiros com um tamanho considerável.<sup>3</sup>

Outro aspecto relevante é o facto do formato PDF normalmente não permitir a reutilização dos dados contidos no ficheiro, por um lado porque na maior parte dos casos a informação está protegida para que não possa ser alterada ou copiada. Por outro lado, os dados apresentados nem sempre estão identificados de forma que sejam reconhecidos por aplicações diferentes, nem são apresentados em posições pré-definidas e universalmente aceites.

Embora este formato ainda hoje continue a ser de longe o mais utilizado, facto facilmente comprovado pela análise a *websites* da maior parte das empresas, esta análise apenas revela a forma como as entidades publicam os seus relatórios financeiros, não evidenciando o formato em que a informação foi efectivamente preparada.

Assim, a maior parte das empresas prepara os seus relatórios financeiros em formatos diferentes do formato PDF, normalmente em processadores de texto ou folhas de cálculo, que permitem facilmente incluir gráficos, imagens e mapas produzidos por diversos sistemas de informação contabilísticos.

No entanto atendendo às vantagens mencionadas que o formato PDF apresenta, porque o reconhecimento da informação por parte de outros sistemas não preocupa quem a emite e ainda pela facilidade de conversão de qualquer formato para PDF, grande parte das empresas é levada a apresentar os seus relatórios financeiros neste formato.

### **2.3.2 Processador de Texto e Folha de Cálculo**

Estes formatos de ficheiros relacionados com sistemas aplicacionais desenvolvidos pela Microsoft (ou compatíveis), segundo Alves (2005), representavam no ano de 2004, em Portugal, apenas uma pequena parte dos formatos de relato financeiro divulgados através da internet. Esta tendência justifica-se uma vez que as empresas mesmo tendo elaborado as

---

<sup>3</sup> Este aspecto, devido à velocidade da generalidade das actuais ligações à internet, não se torna particularmente problemático.



suas demonstrações financeiras nestes formatos, facilmente os convertem para formato PDF, garantindo alguma segurança e conservação da formatação original.

No entanto, se o objectivo é apresentar as demonstrações financeiras directamente na internet, então também facilmente as convertem para a linguagem HTML ou outra, de forma a poder ser visualizada através de um *browser*.

Estes formatos embora muito divulgados, não oferecem segurança relativamente a eventuais actos de falsificação. Por outro lado, a informação financeira neles contida não obedece a nenhuma formatação universalmente aceite para que possa ser reaproveitada caso exista essa necessidade.

Normalizar a divulgação da informação financeira com base nestes formatos ou em outros que dependam de sistema aplicativos específicos para os reconhecer, mesmo sendo actualmente de utilização gratuita, também não será muito aconselhável uma vez que o formato dependerá sempre dos produtores do *software* que, poderão deixar de existir, abandonar o seu desenvolvimento<sup>4</sup> ou ainda vir onerar a sua utilização e por isso o formato poderá deixar de ser de utilização livre e gratuita. Caso se verifique essa situação, a utilização do formato de divulgação financeira fica limitado e consequentemente a sua utilização deixa de ser universal.

### **2.3.3 HyperText Markup Language**

A linguagem HTML, criada por Tim Berners-Lee em 1990 e mais tarde desenvolvida pelo consórcio W3C<sup>5</sup>, é responsável pelo grande desenvolvimento e utilização da internet devido à implementação do serviço WWW.

Esta linguagem, baseada na SGML, segundo a AECA (2003), é o meio mais utilizado para a comunicação de informação na Web, mas é apenas uma linguagem que descreve como se distribui e que formato tem a informação a apresentar no ecrã ou na impressora, não especificando nada acerca do significado dos dados que se transmitem.

---

<sup>4</sup> Situações pouco prováveis no caso dos *softwares* da Microsoft

<sup>5</sup> O consórcio W3C desenvolve padrões para a criação e interpretação de conteúdos na internet.

Como refere Heitlinger (2001, p. 22), a HTML “permite não só transportar os elementos de uma página Web (texto, imagem), como também definir a aparência dessa mesma página. Com os marcadores típicos da HTML - <P>, <H1>, <font>, <table>, etc. – definimos sem grande custo e com resultados razoáveis o *layout* de uma página Web”.

Para além de texto e imagem, a HTML permite também publicar na internet vários tipos de ficheiros multimédia e ainda ter acesso a páginas situadas em *websites* remotos através de *links*.

Assim, embora a linguagem HTML seja baseada em etiquetas, estas têm como objectivo principal fornecer informações ao *browser* sobre a sua apresentação, tais como, a fonte, a cor ou o tamanho, não havendo distinção entre etiquetas de apresentação e etiquetas de dados, o que pode ser um potencial gerador de conflito.

Por razões de compatibilidade surgiu recentemente a linguagem XHTML. Esta linguagem é uma versão da HTML que tem por base o XML. Com esta evolução é garantido para além da compatibilidade entre vários ambientes, a apresentação, a edição e a validação através das ferramentas do XML (W3C, 2007).

#### **2.3.4 Extensible Markup Language**

A linguagem XML foi apresentada em 1998 pelo consórcio W3C, é um formato em texto simples, não contendo referências específicas a nenhum *software* e, por isso, assume um carácter mais flexível e universal (W3C, 2008), podendo ser lido tanto por diferentes sistemas aplicacionais, como por diferentes plataformas e sistemas operativos.

Neste formato a identificação dos dados é feita através de etiquetas, ou seja, cada dado está identificado para que qualquer *software* o possa reconhecer. Este sistema consiste em delimitar o dado por um identificador (etiqueta), ficando-se assim a saber onde começa e acaba o referido dado. Para que se consiga fazer a distinção entre os dados e as etiquetas, estas últimas são colocadas entre os sinais “<” e “>”, sendo a etiqueta de fim do dado precedida pelo símbolo “/”, como se pode ver no exemplo seguinte:

<Nome da etiqueta>exemplo de um dado</Nome da etiqueta>

As etiquetas de início dos dados podem ainda conter atributos referentes aos próprios dados que identificam.

Esta linguagem é extensível, uma vez que permite para além de criar novas etiquetas, criar umas etiquetas dentro de outras, assumindo assim uma estrutura em árvore e desta forma acrescentar os dados necessários a uma informação completa.

Este formato, não estando limitado a etiquetas pré-definidas como a HTML, permite que o emissor e os destinatários estabeleçam quais os dados necessários, definindo para isso as respectivas etiquetas, bem como uma série de regras que indiquem como está estruturada a informação e onde se localiza cada dado dentro de uma classe de documentos XML do mesmo tipo. Estas regras podem ser implementadas de duas formas: mediante uma DTD ou mediante um esquema (*schema*) XML (AECA, 2003).

A DTD utiliza uma sintaxe específica e pode ser interna e/ou externa ao próprio documento XML. Sendo interna, apenas servirá para o documento na qual se encontra e com a função de auto-verificação, sendo externa, não há necessidade de ser transferida juntamente com o documento XML e poderá ser utilizada para validar vários documentos.

O esquema XML oferece desde logo algumas vantagens em relação ao DTD, como exemplo, podemos referir o facto de se basear na sintaxe geral do XML e por isso permite também a sua extensibilidade, possibilita especificar o tipo de dados com maior precisão, permite o controlo sobre o número de ocorrências e a utilização de *Namespaces*, ou seja, a utilização de prefixos para evitar a duplicação de etiquetas (Walsh, 1999).

A utilização de linguagens relacionadas com a XML, tais como a XSL, XSLT e XPath, permitem converter um documento XML, ou parte dele, para outro formato como por exemplo HTML, XHTML, PDF ou RTF, possibilitando assim múltiplas apresentações do mesmo documento.

É possível criar hiperligações a partir de um documento XML através da linguagem XLink. Estas ligações podem ser simples, como acontece na linguagem HTML, ou podem ser mais complexas (*Extended Link*), relacionando vários documentos (W3C, 2001).

Com recurso a todas estas ferramentas, a linguagem XML oferece uma base capaz de responder às mais exigentes necessidades de transmissão de informação. São exemplo desta utilidade a informação enviada para a administração fiscal (IES e SAF-T), a informação financeira trocada pelos mercados financeiros através da linguagem FpML e a informação financeira e económica das empresas utilizando a linguagem XBRL.

### **2.3.5 Extensible Business Reporting Language**

A linguagem XBRL é uma linguagem para comunicação electrónica de dados de relato financeiro e económico. É desenvolvida pelo consórcio Internacional XBRL, organismo sem fins lucrativos formado por aproximadamente 550 organizações. Estas organizações estão agrupadas por país, região ou organismo e designam-se por jurisdições.

A linguagem XBRL é baseada em esquemas estruturados, com etiquetas pré-definidas (taxonomias) que permitem aos sistemas de informação identificar os dados contidos num ficheiro XBRL extraído de qualquer outro sistema de informação.

A linguagem XBRL, graças ao seu sistema de etiquetas, permite reunir no mesmo documento não só informação contabilística, mas todo o tipo de informação empresarial. A informação é validada através de uma ou de várias taxonomias, garantindo assim que os dados contidos nesse documento estão de acordo com as normas definidas para esse tipo de informação.

As taxonomias são bibliotecas (esquemas XML), independentes do próprio documento, onde estão definidas as etiquetas a serem utilizadas para responderem às necessidades do relato financeiro de cada tipo de negócio. No entanto, as taxonomias não se limitam a fornecer apenas o nome dos identificadores da informação, permitem também outra informação, tal como, o tipo do dado (monetário, percentual ou fracção), a sua tradução para um idioma local ou o relacionamento com os outros dados. (XBRL-International, 2008a)

As taxonomias permitem ainda exigir mínimos de informação, ou seja, através de processos de validação exigir que determinados dados sejam de preenchimento obrigatório, garantindo deste modo que a informação se apresenta de forma completa. Através destes

processos de validação, a linguagem XBRL dificulta a distorção da imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da empresa resultante de omissão de informação, contribuindo desta forma para a transparência e fiabilidade exigida pelos destinatários da informação.

As diversas jurisdições XBRL desenvolvem as taxonomias relativas às suas normas locais ou necessárias para cada tipo de negócio. Para além das taxonomias específicas de relato financeiro, denominadas taxonomias XBRL FR (*Financial Reporting*), existe ainda a taxonomia XBRL GL (*Global Ledger*), desenhada especialmente para suportar a recolha de dados e o relato interno das organizações.

A taxonomia XBRL GL permite, por exemplo, a representação de todo o plano de contas, movimentos diários ou transacções históricas, financeiras e não financeiras. Permite ainda informação relativa à consolidação de contas. Assim, recorrendo a ferramentas de *software* específicas para esse fim, poderá ser feita a consolidação de forma automática das contas de grupos de empresas. (XBRL-International, 2008f)

Uma vez que esta taxonomia prevê a informação relativa aos saldos e transacções intra-grupo, incluindo rendimentos, gastos e dividendos, então será relativamente fácil a elaboração de uma ferramenta de *software* capaz de combinar as demonstrações financeiras elaboradas em formato XBRL da empresa-mãe e das suas subsidiárias, linha a linha, adicionando itens idênticos de activos, passivos, capital próprio, rendimento e gastos, eliminando por inteiro a informação relativa a saldos e transacções intra-grupo, conforme procedimentos de consolidação da NIC 27 (IASB, 2004), gerando assim um único ficheiro em formato XBRL com o resultado da consolidação.

Como refere Garbellotto (2008), a taxonomia XBRL GL faz uma abordagem holística, abrangendo formatos que podem facilmente representar outras normas, incluindo por exemplo a UN/CEFACT ou a norma também utilizada em Portugal SAF-T recomendada pela OCDE. Esta taxonomia XBRL GL em conjunto com as taxonomias XBRL FR cobrem todas as necessidades de registo e relato de qualquer negócio, desde o registo de um documento no sistema de informação, até à divulgação interna ou externa da informação financeira e não financeira.

As taxonomias podem designar-se de taxonomia aprovada, ou seja, estão em conformidade com a especificação FRTA e passaram por um processo de revisão público. Podem também designar-se por taxonomias reconhecidas e para isso apenas têm de ser reconhecidas pelo consórcio Internacional XBRL como estando em conformidade com a especificação XBRL.

Através destes processos as taxonomias passam a estar disponíveis na internet ao público em geral, não sendo necessária a sua inclusão no processo de transferência do relato financeiro, uma vez que os destinatários têm acesso a essas taxonomias directamente.

As regras de negócio ao estarem exclusivamente na taxonomia publicada na internet pelo regulador, faz com que os programas que utilizam a validação XBRL sejam estáveis e não sofram de variações devido à variedade de regulamentação (Días, Periñán, Rodríguez, e Muñoz, 2007).

O documento (*Instance Document*) contém essencialmente os valores, devidamente etiquetados, das variáveis que foram pré-definidas nas taxonomias, sendo esta a condição necessária e suficiente para que qualquer sistema de informação o possa reconhecer.

No entanto, para além da definição e do conteúdo, expressos na taxonomia e no *Instance Document* respectivamente, a linguagem XBRL pode ter um terceiro elemento referente à apresentação, a XSLT, vulgarmente denominada apenas *Style Sheet* ou folha de estilo, que é composta de comandos que contêm informação de como será a saída dos dados do documento XBRL (Riccio, Sakata, Moreira, e Quoniam, 2006).

A XSLT, tal como a taxonomia é um elemento externo ao documento e possibilita a apresentação da informação em formatos mais compreensíveis aos utilizadores e de acordo com o destino a dar à informação (por exemplo, para ser publicado numa página na internet em HTML, PDF, Excel, etc.).

A figura 1 apresenta os três elementos que formam a linguagem XBRL, sendo no entanto a *Style Sheet* opcional. A figura 1 identifica ainda como é feito o relacionamento entre os elementos referidos.

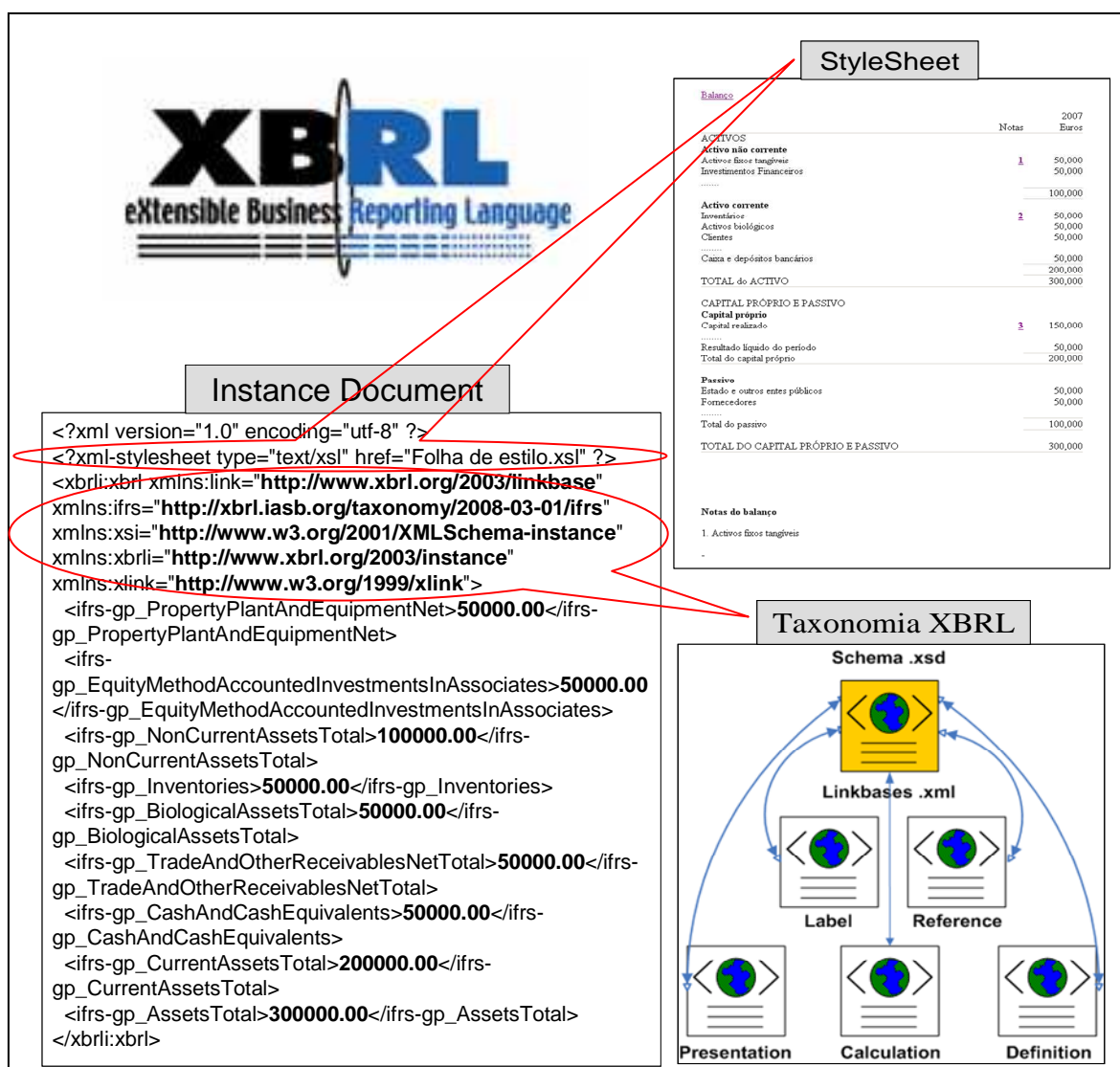


Figura 1 – Apresentação dos elementos que formam a linguagem XBRL

A figura 2 mostra todo o processo de elaboração e transferência do relato financeiro em linguagem XBRL. No entanto, o facto do documento XBRL ser em texto simples, sem qualquer protecção, faz com que o factor segurança seja o seu ponto fraco. Por esse motivo, para que seja garantida a integridade e a autenticidade de um ficheiro XBRL, a transferência do mesmo deverá ser alvo de processos de encriptação com assinaturas digitais e, sempre que se justifique, a sua transferência efectuada através de canais de comunicação seguros.

Pelas razões referidas anteriormente, é necessário criar sistemas de segurança para que os auditores possam certificar a informação contida num ficheiro XBRL e os destinatários da informação tenham garantias de que a informação é fidedigna.

Uma vez que a linguagem XBRL tem por base a linguagem XML, assume também um carácter extensível, aberto e de utilização gratuita. Estas características associadas ao facto da linguagem XBRL proporcionar informação de forma mais célere, redução de recursos e eliminação de erros de reintrodução dos dados, proporciona a todos os *stakeholders* informação mais relevante a custos reduzidos.

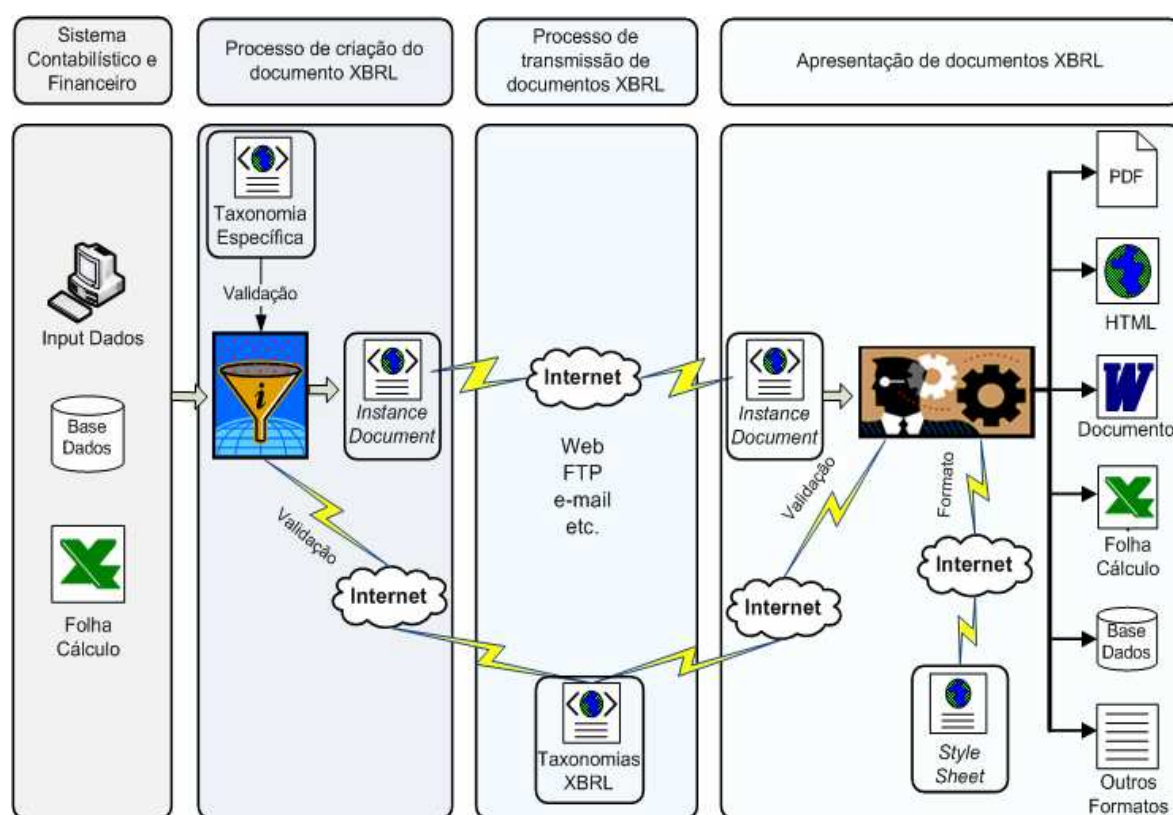


Figura 2 – Funcionamento da linguagem XBRL (baseado em Boritz (2006))

### 2.3.5.1 Elementos da Taxonomia XBRL

Uma taxonomia da especificação XBRL 2.1 é composta por um esquema XML que contém a identificação das etiquetas e respectivos atributos e por 5 elementos *linkbase*, cada um desses elementos disponível para cada etiqueta (XBRL-España, 2005). Utilizando como exemplo a etiqueta <CashAndCashEquivalents> e a tradução portuguesa da taxonomia







IFRS-GP 2006 (traduzida de *International Financial Reporting Standard - General Purpose*) (IASB, 2007):

– Atributos:

name	CashAndCashEquivalents
id	ifrs-gp_CashAndCashEquivalents
type	xbrli:monetaryItemType
substitution group	xbrli:item
period type	instant
balance	debit
abstract	false
nilable	true

– Linkbases:

- *Label linkbase* – Texto associado a cada etiqueta, que permite apresentar uma descrição para um elemento em idiomas diferentes, em inglês “Cash and Cash Equivalents”, em português “Caixa e Equivalentes de Caixa”;
- *Reference linkbase* – Relaciona cada etiqueta com informação sobre esse mesmo elemento, fornecendo a localização dessa informação. Para o exemplo indicado, a informação fornecida é ref:Name IAS, ref:Number 1, ref:Paragraph 68, ref:Subparagraph i, ou seja, a informação relacionada com “Caixa e Equivalentes de Caixa” está na alínea i) do parágrafo 68 da IAS 1;
- *Presentation linkbase* – Estabelece uma hierarquia na estrutura das etiquetas através de relacionamentos pai-filho. Esta hierarquia serve, por um lado para facilitar a criação e visualização da taxonomia e por outro lado para servir de base à formatação da apresentação automática do documento;

 Balanço, Formato Ordem de Liquidez
 Balanço (Apresentação)
 Activos (Apresentação)
 Caixa e Equivalentes de Caixa

- *Calculation linkbase* – Indica se o valor da etiqueta do elemento filho é somada (1), subtraído (-1) ou se não influencia ( ) o elemento pai. No caso do “Caixa e

Equivalentes de Caixa” o peso (*weight*) é 1, ou seja, é somado ao elemento “Activos”. Utiliza a mesma hierarquia do *presentation linkbase*;

- *Definition linkbase* – Permite adicionar regras importantes de validação do documento XBRL. Este *linkbase* cria regras de relacionamento entre elementos, por exemplo obrigando a que um elemento tenha de existir quando outro também exista. Não é utilizado no caso da tradução portuguesa da taxonomia IFRS-GP 2006.

### 2.3.5.2 Ferramentas XBRL

Conforme referido anteriormente, linguagem XBRL é baseada no formato XML, o que, supostamente, como refere Hoffman e Strand (2001), permite que seja lida e interpretada não só por computadores mas também por seres humanos. No entanto, a tarefa de ler e interpretar directamente o conteúdo de um ficheiro XBRL por parte de seres humanos tornar-se-ia bastante difícil de executar sem recorrer a ferramentas de *software*.

Assim, para facilitar a criação, leitura e análise de um ficheiro em formato XBRL, perto de três dezenas de empresas, tais como a Coyote Reporting, EDGAR Online, Fujitsu, PricewaterhouseCoopers, Rivet Software, entre outras, desenvolvem *softwares* e serviços específicos para esse fim (XBRL-International, 2008e).

As soluções desenvolvidas podem ser divididas em quatro grupos:

- criação do ficheiro XBRL
  - manual – (ex: XBRL Pilot da Coyote Reporting)
  - a partir do Word ou Excel – (ex: Dragon Tag™ da Rivet Software)
- análise da informação financeira em XBRL – (ex: I-Matrix da EDGAR Online)
- ferramentas XBRL para integração em *softwares* – (ex: XiRUTE da Hitachi)
- serviços de auxílio e arquivo XBRL – (ex: PricewaterhouseCoopers e EDGARfilings)

No entanto, estas soluções não são gratuitas, por isso as entidades que queiram recorrer a esses *softwares* ou serviços terão, no mínimo, esses custos para utilizarem a linguagem XBRL.

Pois, como refere Locke e Lowe (2007), o custo que os produtores têm no desenvolvimento de *standards* e dos seus *softwares* será, em última instância, passado para os utilizadores finais, recuperando assim os produtores o seu investimento.

Deste modo, as empresas que queiram elaborar a sua informação financeira em linguagem XBRL, terão inicialmente um custo, uma vez que, ou será necessário alterar os seus *softwares* para que a criação do documento XBRL seja automática ou, caso recorra a ferramentas externas para o fazer, será sempre necessário recorrer a configurações ou introdução manual dos dados.

As principais vantagens da linguagem XBRL centram-se, numa primeira fase, nos destinatários da informação financeira. Estes nunca terão nada a perder, excepto se já tiverem ferramentas de recolha e análise da informação em outra linguagem diferente da XBRL.

## **2.4 Identificação e Declaração do Problema**

Vimos neste capítulo que continuam a ser utilizados vários formatos digitais para divulgação da informação financeira. Esta proliferação de formatos não está alinhada com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 que é um forte contributo para a harmonização do relato financeiro.

Pelo que foi referido anteriormente existem problemas que carecem resolução. O problema central está na necessidade de harmonização do relato financeiro não só nos procedimentos mas também na linguagem utilizada para a sua divulgação. Esta questão serve de tema central do nosso estudo sobre o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho como facilitador da adopção de linguagens do tipo XBRL: Estado da arte na União Europeia.

### **2.4.1 O Regulamento (CE) nº 1606/2002 como Facilitador da Linguagem XBRL**

O alinhamento em termos de divulgação de informação financeira é hoje uma das preocupações das entidades reguladoras. Os diversos escândalos financeiros recentes têm feito reflectir as diversas entidades reguladoras e supervisoras dos mercados financeiros sobre a necessidade de divulgação de informação fiável, transparente, tempestiva e comparável.

No entanto, esta questão não é de todo pacífica, pois, embora hoje o segredo já não seja tanto a “alma do negócio”, a divulgação da informação relacionada com o negócio, escassa ou em excesso pode penalizar quem a emite.

Assim, por um lado as empresas vêm-se obrigadas a divulgar mínimos de informação, quer pelas entidades reguladoras dos mercados, quer pelos investidores do próprio mercado, mas, por outro lado, a divulgação em excesso pode revelar “segredos do negócio” que coloquem o seu emitente em desvantagem em relação à sua concorrência (custos proprietários).

Com a globalização dos mercados financeiros, o desfasamento existente nos diferentes enquadramentos normativos quanto à divulgação de informação financeira vem acentuar o problema. Por isso, as entidades reguladoras e supervisoras sentem necessidade de proceder à harmonização, não só dos princípios contabilísticos subjacentes à elaboração das demonstrações financeiras, mas também ao tipo de informação a divulgar (Parlamento Europeu, 2004).

A UE, com o objectivo de harmonizar a informação financeira da maior parte das sociedades com os seus valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro e de assegurar um elevado grau de transparência e de comparabilidade das demonstrações financeiras veio, através do Regulamento (CE) nº 1606/2002, obrigar as referidas sociedades a utilizarem as NIC na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas (Parlamento Europeu, 2002).

O CEBS (2005), acrescenta ainda que a introdução das NIC cria uma oportunidade para a convergência e, em última instância, para a harmonização do relato preventivo na Europa. Este relato preventivo reveste-se de especial importância para as entidades reguladoras dos mercados financeiros, uma vez que lhes permite exercer uma supervisão preventiva, tornando-se assim essa supervisão mais eficiente.

Através do Regulamento (CE) nº 1606/2002 foi proporcionada uma base normativa comum a cerca de 7000 sociedades da UE (CESR, 2003; Eurostat, 2003), estando desta forma criadas as condições básicas de comparabilidade do relato financeiro.

A base normativa comum veio permitir que uma parte bastante importante de empresas pudesse utilizar a linguagem XBRL no seu relato financeiro uma vez que, a maioria dos Estados-Membros não tinham nem jurisdição XBRL, nem muito menos taxonomia XBRL para o normativo local.

As empresas abrangidas pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002, ou seja, as sociedades europeias que tenham os seus valores mobiliários admitidos à negociação em qualquer Estado-Membro, passaram, a partir de Janeiro de 2005, a ter de elaborar o seu relato financeiro, relativo às suas contas consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, passando por isso a dispor de uma taxonomia XBRL para divulgarem o seu relato financeiro, uma vez que existe taxonomia XBRL para as IFRS.

Mas, se por um lado esta questão levaria a crer que a partir de Janeiro de 2005 a linguagem XBRL na UE iria ter um desenvolvimento bastante rápido, por outro lado a história da linguagem não tem demonstrado essa rapidez.

Esta situação vem reforçar o facto de que a utilização da linguagem XBRL, embora tenha sido facilitada pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002, não tem tido o sucesso esperado porque as sociedades não foram incentivadas, nem viram vantagens na elaboração da sua informação financeira em linguagem XBRL, não se associando voluntariamente à implementação da linguagem.

Por isso, o problema assume duas vertentes, a primeira questão é se na realidade, actualmente, as entidades abrangidas pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002 estão a utilizar

a linguagem XBRL, a segunda é se as autoridades reguladoras que poderiam incentivar ou forçar o seu uso estão a exercer essa faculdade.

Para que se possam obter as respostas a estas questões de forma eficiente, contemplando os vários aspectos que podem influenciar essas respostas, é necessário, em primeira lugar, estudar a evolução histórica e o estado de desenvolvimento da linguagem XBRL, quer a nível mundial, quer a nível dos diversos Estados-Membros da UE. Este estudo passará obrigatoriamente pela verificação da existência de jurisdições em cada Estado-Membro, uma vez que, como vimos na secção anterior, são uma base fundamental no desenvolvimento e divulgação da linguagem XBRL.

### **3 A Linguagem XBRL na União Europeia**

#### **3.1 Síntese Histórica**

Em Abril de 1998, o auditor americano Charles Hoffman iniciou alguns protótipos de demonstrações financeiras e programas de auditoria utilizando a linguagem XML.

Em Julho do mesmo ano apresentou as suas ideias ao AICPA, que de imediato revelou interesse, apoiando o seu desenvolvimento. Em Janeiro de 1999, é apresentado o protótipo, levando o AICPA a reconhecer a sua utilidade e em Junho de 1999 a dar início ao projecto de desenvolvimento da então chamada linguagem XFRML.

Em Agosto de 1999 é constituído o Comité de desenvolvimento, formado por mais 12 entidades além da AICPA e em Outubro do mesmo ano é feito o primeiro encontro sobre XFRML, em Nova Iorque, onde começou o desenvolvimento da primeira taxonomia. Esta taxonomia versou sobre as demonstrações financeiras das empresas dos sectores comerciais e industriais, abrangendo assim cerca de 80% das empresas cotadas dos Estados Unidos da América (XBRL-International, 2008d).

Em Abril de 2000 é feita a primeira conferência de imprensa onde é anunciado a nova marca tecnológica XBRL, substituindo assim o termo XFRML. A nova designação “representa de um modo mais fidedigno o amplo campo de aplicação desta tecnologia, não se restringindo apenas aos dados financeiros mas abarcando todo o tipo de informação empresarial” (Mota, Pereira, e Soares, 2005, p. 283).

Em Julho do mesmo ano é concluída a referida taxonomia, assumindo especificação 1.0 e é anunciada a formação do consórcio Internacional XBRL, instituição sem fins lucrativos, que tem por objectivo a rápida expansão e adopção a nível global da linguagem XBRL.

Ainda no ano 2000 a Microsoft anuncia a inclusão das ferramentas XML nos seus produtos e a SEC reconhece e recomenda um maior desenvolvimento da linguagem XBRL.

A tabela 1 apresenta uma listagem das diversas conferências internacionais sobre a linguagem XBRL que tiveram início no ano 2001.

Conferência	Ano	Mês	Cidade	País
1ª	2001	Fevereiro	Londres	Inglaterra
2ª	2001	Junho	New Orleans	Estados Unidos América
3ª	2001	Outubro	Sydney	Austrália
4ª	2002	Março	Berlim	Alemanha
5ª	2002	Junho	Toronto	Canadá
6ª	2002	Novembro	Tóquio	Japão
7ª	2003	Maio	Amesterdão	Holanda
8ª	2003	Novembro	Seattle	Estados Unidos América
9ª	2004	Maio	Auckland	Nova Zelândia
10ª	2004	Novembro	Bruxelas	Bélgica
11ª	2005	Abril	Boston	Estados Unidos América
12ª	2005	Novembro	Tóquio	Japão
13ª	2006	Maio	Madrid	Espanha
14ª	2006	Dezembro	Filadélfia	Estados Unidos América
15ª	2007	Junho	Munique	Alemanha
16ª	2007	Dezembro	Vancouver	Canadá
17ª	2008	Maio	Eindhoven	Holanda
18ª	2008	Outubro	Washington	Estados Unidos América

Tabela 1 – Conferências Internacionais sobre XBRL

A 1ª conferência XBRL contou com a presença de 10 países, tendo o IASB apresentado para revisão, uma versão da taxonomia para as demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NIC.

Em Dezembro de 2001 é lançada a nova especificação XBRL 2.0, esta versão é baseada no *Enhanced XML-Schema Specification* e utiliza o novo *Schema Recommendation* da W3C e a nova tecnologia *XML Linking*.

No final de 2001, o desenvolvimento da linguagem XBRL contava já com o apoio da Austrália, Canadá, Alemanha, Japão, Holanda, Reino Unido e IASB.



Em Março de 2002 a Microsoft assume-se como a primeira empresa tecnológica a apresentar as suas demonstrações financeiras em formato XBRL. Em Agosto desse ano, é criada a jurisdição da Nova Zelândia.

A 7ª conferência realizada em Maio de 2003 contou com a presença de 260 pessoas de 21 países e, em Dezembro desse ano, o consórcio Internacional XBRL publica a especificação XBRL 2.1.

A Coreia estabeleceu a sua jurisdição provisória em Julho de 2003. Na Europa é estabelecida a jurisdição da Irlanda e da Espanha em Março de 2004.

A 10ª conferência realizada na Europa, a um mês da obrigação da aplicação prática do Regulamento (CE) nº 1606/2002 e com o tema “*Financial reporting goes global: XBRL and IFRS working together*”, atrai mais de 450 delegados de 30 países.

Na 11ª conferência foram demonstradas as vantagens para os preparadores, reguladores e analistas, na utilização da linguagem XBRL, sendo apresentadas demonstrações de aplicação real de produtos tecnológicos que usam a linguagem XBRL.

Em Maio de 2005, o IASCF apresenta uma nova versão da taxonomia IFRS para as demonstrações financeiras de organizações com fins lucrativos, incluindo exigências adicionais para os bancos e outras instituições financeiras. Esta taxonomia foi reconhecida e declarada em conformidade com as especificações da XBRL pelo consórcio Internacional XBRL ainda nesse mês.

O consórcio Internacional XBRL publica em Julho de 2005 uma nova versão da taxonomia XBRL GL (*Global Ledger*). A taxonomia XBRL GL caracteriza-se por permitir representar todo o plano de contas, diários e transacções históricas.

Em Setembro de 2005, mais de 800 empresas chinesas apresentavam as suas demonstrações financeiras do primeiro semestre em linguagem XBRL, usando a taxonomia desenvolvida pela Bolsa de Valores de Xangai e reconhecida pelo consórcio Internacional XBRL (XBRL-International, 2008d).

Em Março de 2006, a SEC anuncia que 17 empresas concordaram em participar num programa piloto de uso interactivo do formato XBRL para arquivo das suas demonstrações financeiras. Estes programas vêm dar continuidade aos programas de voluntariado iniciados pela EDGAR<sup>6</sup> (Deloitte, 2008).

Em Novembro de 2007, o IASCF reforça a sua aposta na linguagem XBRL, anunciando os membros das suas novas equipas, o *XBRL Advisory Council* e o *XBRL Quality Review Team*. O *XBRL Advisory Council* (Conselho Consultivo) irá prestar aconselhamento estratégico aos administradores e à equipa XBRL no futuro desenvolvimento e adopção de taxonomias XBRL para as IFRS. O *XBRL Quality Review Team* (Equipa de Controlo de Qualidade) irá ajudar a garantir a qualidade das taxonomias XBRL desenvolvidas pelo IASCF (IASCF, 2007).

Em Maio de 2008 foi fundada a XBRL Europeia. Esta associação sem fins lucrativos com sede em Bruxelas conta como membros as jurisdições XBRL da Bélgica, França, Irlanda, Espanha e Internacional (Colgren, 2008).

Actualmente a SEC, no seu *Website Financial Explorer*, conta já com 68 empresas que submetem voluntariamente as suas demonstrações financeiras (SEC, 2008a).

A 18ª conferência internacional sobre XBRL foi realizada em Outubro de 2008 em Washington nos Estados Unidos da América. O evento teve um programa onde constaram diversos assuntos que espelham um pouco a tendência do desenvolvimento futuro da linguagem em termos globais, entre eles, destacam-se: a imposição efectuada pelo Japão e pela China para que as suas empresas públicas passem a apresentar os relatórios em formato XBRL; a proposta da SEC em obrigar as cerca de 500 maiores empresas a apresentar as suas contas de 2008 em formato XBRL (SEC, 2008b); e o parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários que recomenda a utilização da linguagem XBRL na União Europeia (Parlamento Europeu, 2008).

---

<sup>6</sup> EDGAR Online, Inc. é uma empresa fornecedora de informação interactiva económica e financeira sobre a generalidade das empresas. Fornece informação e análises diversas a profissionais financeiros, empresariais e consultores (EDGAR-Online, 2008)

## 3.2 Caso Particular da União Europeia

O consórcio Internacional XBRL é composto por grupos de organizações locais (jurisdições) que representam o país, a região ou organismos internacionais. As jurisdições têm por missão o desenvolvimento e promoção da linguagem XBRL tanto nas suas áreas como a nível internacional. Prestam ainda auxílio às organizações locais na utilização da linguagem e na criação e patrocínio das taxonomias.

As jurisdições podem ser de dois tipos: provisórias ou definitivas. As provisórias são constituídas por um pequeno grupo de trabalho de arranque, responsável pelo desenvolvimento da taxonomia inicial para as normas de contabilidade locais. Estas jurisdições têm até dois anos para se transformarem em definitivas. As jurisdições definitivas têm um número de membros considerável, diversos grupos de trabalho e votam a composição da direcção do Comité Internacional (XBRL-International, 2008c).

Já têm jurisdição definitiva a Austrália, o Canadá, a Coreia do Sul, os Estados Unidos da América, o IASB e o Japão. Com jurisdições provisórias estão a África do Sul, a China e os Emirados Árabes.

No seio da União Europeia o processo de estabelecimento de jurisdições encontra-se em estados de desenvolvimento diferentes consoante os países, a informação seguinte foi elaborada com base no documento emitido pelo *European Committee of Balance Sheet Data Offices* (ECCBSO, 2007), no *website* do consórcio Internacional XBRL (XBRL-International, 2008b), nos *websites* das diversas jurisdições, segundo Verdin e Servais (2006) e ainda Moreira *et al.* (2007):

### 3.2.1 Alemanha

A jurisdição Alemã foi formalmente estabelecida em Outubro de 2001, sendo uma das primeiras legalmente constituídas. Em Fevereiro de 2002, foi publicada a versão da taxonomia baseada na especificação XBRL 1.0, sendo actualizada para a especificação XBRL 2.1 em Dezembro de 2006. Actualmente a jurisdição Alemã XBRL tem cerca de 35 membros, 30 dos quais constam no seu *website* e está a desenvolver uma taxonomia especial para as instituições financeiras.

O Deutsche Bundesbank desenvolveu um programa de recolha de informação baseado na taxonomia XBRL alemã. O departamento de créditos tem vindo a trabalhar com este programa desde 2003. O Deutsche Bundesbank em conjunto com as instituições financeiras da Alemanha (bancos, instituições de crédito e outras instituições com grandes bases de dados) desenvolveu um repositório de dados electrónico sobre as demonstrações financeiras individuais (não consolidadas) das empresas alemãs. Com este projecto os vários parceiros têm a possibilidade de enviar os seus dados em formato XBRL. Esta base de dados foi iniciada em 2004 e recebe mais de 105.000 demonstrações financeiras por ano.

### **3.2.2 Áustria**

Em Junho de 2003 foi fundada e registada a associação austríaca XBRL, no entanto, actualmente, esta associação não está activa, parecendo haver problemas para encontrar membros suficientes e problemas de financiamento. Assim, apesar de ter sido fundada a referida associação, não tem havido desenvolvimentos no campo da linguagem XBRL na Áustria, com excepção do *Oesterreichische Nationalbank*, que embora não utilize, tem acompanhado o desenvolvimento nessa área.

### **3.2.3 Bélgica**

Em Novembro de 2004 foi constituída a jurisdição provisória Belga XBRL, vindo a tornar-se definitiva em Julho de 2006. A jurisdição belga é sediada no Banco Nacional da Bélgica e é constituída por 22 membros.

Em Janeiro de 2006 foi apresentada aos membros a primeira versão belga de taxonomia para as empresas não financeiras, tendo sido publicada em Janeiro de 2008 uma nova versão.

O Banco Nacional da Bélgica lidera a implementação da linguagem XBRL, tendo desenvolvido uma aplicação em formato XBRL, de recolha de relatórios periódicos do sector bancário e envio dos mesmos para as comissões da banca, finanças e seguros também em formato XBRL.

Em Outubro de 2007 foi publicada a versão da taxonomia para o sector financeiro, levando a que, actualmente, todos os bancos belgas transmitam as suas demonstrações financeiras consolidadas em formato XBRL.

#### **3.2.4 Dinamarca**

A jurisdição Dinamarquesa XBRL foi aprovada como jurisdição provisória em Agosto de 2004, tornando-se definitiva em 2005 e conta actualmente com 13 membros.

#### **3.2.5 Espanha**

A jurisdição definitiva Espanhola XBRL foi constituída em Março de 2004, contando actualmente com 48 membros.

A primeira versão da taxonomia de relato geral foi aprovada em 2005, tendo sido disponibilizada a segunda versão em 2006 e actualizada em 2007.

O Banco de Espanha desenvolveu um sistema com o objectivo de receber as demonstrações públicas das instituições de crédito no formato XBRL. Este projecto foi iniciado em 2005 com 7 instituições financeiras e actualmente conta com cerca de 300 entidades que periodicamente enviam os seus relatórios ao Banco de Espanha.

#### **3.2.6 França**

No final de 2004 foi criada a jurisdição XBRL provisória em França, tendo sido transformada em definitiva em Junho de 2007.

A utilização da linguagem XBRL nas empresas não financeiras francesas encontrou algumas dificuldades devido à existência de outra norma (EDIFACT), suportado pela ordem dos técnicos oficiais de contas francesa (CSOEC) e aceite pela administração fiscal.

A tradução francesa da taxonomia IFRS foi publicada no final de 2006, estando a jurisdição Francesa XBRL a desenvolver a taxonomia para as normas contabilísticas francesas.

### **3.2.7 Irlanda**

A Irlanda estabeleceu a sua jurisdição XBRL definitiva em Março de 2004 e conta actualmente com 15 membros.

A jurisdição Irlandesa XBRL publicou a taxonomia com base na especificação XBRL 2.1, referente às suas normas contabilísticas em Novembro de 2007.

### **3.2.8 Itália**

Em Setembro de 2006 foi criada a jurisdição Italiana XBRL, no entanto só em Junho de 2007 foi reconhecida como jurisdição provisória, contando actualmente com 12 membros. Um dos seus principais objectivos é o desenvolvimento das taxonomias para as normas contabilísticas nacionais e para a tradução as normas IFRS.

O governo italiano tem intenções de obrigar as empresas a depositarem as suas demonstrações financeiras em formato XBRL.

### **3.2.9 Luxemburgo**

O Luxemburgo apresentou a sua jurisdição provisória em Maio de 2007. A jurisdição Luxemburguesa XBRL conta com cerca de 20 membros.

### **3.2.10 Países Baixos**

A jurisdição Holandesa XBRL foi reconhecida formalmente em Janeiro de 2005 e conta actualmente com 54 membros. Em Junho de 2005 foi publicada a primeira taxonomia.

A administração central da Holanda com o intuito de baixar os seus custos administrativos está interessada na implementação da linguagem XBRL.

### **3.2.11 Polónia**

A polónia viu reconhecida a sua jurisdição provisória em Abril de 2006, tendo actualmente 15 membros. Esta jurisdição tem estado a trabalhar no desenvolvimento das taxonomias para as suas normas contabilísticas.

### 3.2.12 Portugal

Portugal ainda não constituiu a sua jurisdição, no entanto, várias entidades se perfilam como possíveis membros da jurisdição provisória, entre elas: APOTEC, BP, CTOC, CMVM, CNC, ISP, INE e OROC.

Em Janeiro de 2007, foi publicado pela IASC Foundation um projecto de tradução para português da taxonomia IFRS-GP (*General Purpose*). Este trabalho teve a participação da OROC, BP e CNC.

Em Portugal, o caminho a percorrer para a utilização da linguagem XBRL em termos técnicos, não será muito longo, tal como compara o presidente da CTOC, Domingos Azevedo, “Portugal já está no XBRL há muito tempo, através da desmaterialização das declarações fiscais e, mais recentemente, da Informação Empresarial Simplificada (IES)” (CTOC, 2007, p. 24).

Na verdade, mesmo não sendo o mesmo formato, em termos puramente informáticos a conversão de um ficheiro XML resultante de uma IES para um ficheiro XBRL não apresenta grandes dificuldades pois, a título de exemplo, para o item de caixa e equivalentes de caixa bastaria converter a etiqueta <Q04-A0268-3-soma>, correspondente à posição 265 do quadro 04 do anexo A da IES, para a etiqueta <ifrs-gp:CashAndCashEquivalents>, correspondente ao termo reconhecido pela versão de 2006 da taxonomia IFRS-GP traduzida para português.

No entanto, ao nível contabilístico a situação muda um pouco de figura, porque a IES está desenvolvida com base no normativo nacional e a taxonomia XBRL está de acordo com as IFRS, levando a que seja necessário proceder em primeiro lugar a uma normalização em termos contabilísticos.

Assim, uma vez que não existe uma taxonomia para o normativo nacional, as empresas que queiram apresentar a sua informação financeira em formato XBRL terão de a apresentar segundo as IFRS ou outro normativo para o qual exista uma taxonomia, por isso, neste momento, a apresentação apenas se torna facilitada a um número limitado de empresas portuguesas.

Por outro lado, mesmo que houvesse uma jurisdição portuguesa, também não nos parecia oportuna a criação de uma taxonomia para o normativo nacional uma vez que este irá, previsivelmente no ano 2010, sofrer significativas alterações com o novo Sistema de Normalização Contabilístico. Com estas alterações pretende-se a harmonização contabilística do normativo nacional com as normas internacionais emitidas pelo IASB e adoptadas pela União Europeia (CNC, 2007).

Já existe uma tradução da taxonomia IFRS-GP para português, no entanto, a fim de contemplar situações como a consolidação de contas de forma automática elaboradas em formato XBRL, deverá ser criada uma taxonomia que contemple informação necessária à consolidação, como seja as operações intra-grupo.

Deste modo, para que possa haver normalização ao nível da divulgação da informação financeira em Portugal, é necessário que haja primeiro a normalização contabilística, tal como acontece com as entidades abrangidas pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002 e de preferência que esta seja aceite pela administração fiscal.

### **3.2.13 Reino Unido**

O Reino Unido tem jurisdição definitiva. A jurisdição XBRL do Reino Unido apresentou em Janeiro de 2008 duas taxonomias para discussão pública: uma taxonomia relativa às normas de contabilidade nacionais e outra relativa a dados comuns, tendo esta última por finalidade a comunicação de dados empresariais e poderá ser usada em conjunto com a primeira taxonomia ou com a taxonomia IFRS.

### **3.2.14 Suécia**

Em Fevereiro de 2004 a Suécia criou a sua jurisdição provisória. Entretanto já viu reconhecida como definitiva e conta actualmente com 21 membros. Foi publicada em Junho de 2007 pela jurisdição Sueca XBRL a mais recente taxonomia que obedece à especificação XBRL 2.1.



### 3.2.15 Outros

Tal como Portugal, Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Finlândia, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, República Checa e Roménia ainda não têm jurisdição XBRL. Alguns destes países mostram interesse e tomam iniciativas no sentido da constituição de jurisdições provisórias, entre eles destacam-se a Grécia e a Roménia.

A figura 3 apresenta a distribuição das nove jurisdições XBRL definitivas e das três jurisdições XBRL provisórias, evidenciando o baixo desenvolvimento ao nível das jurisdições XBRL no sudeste europeu.

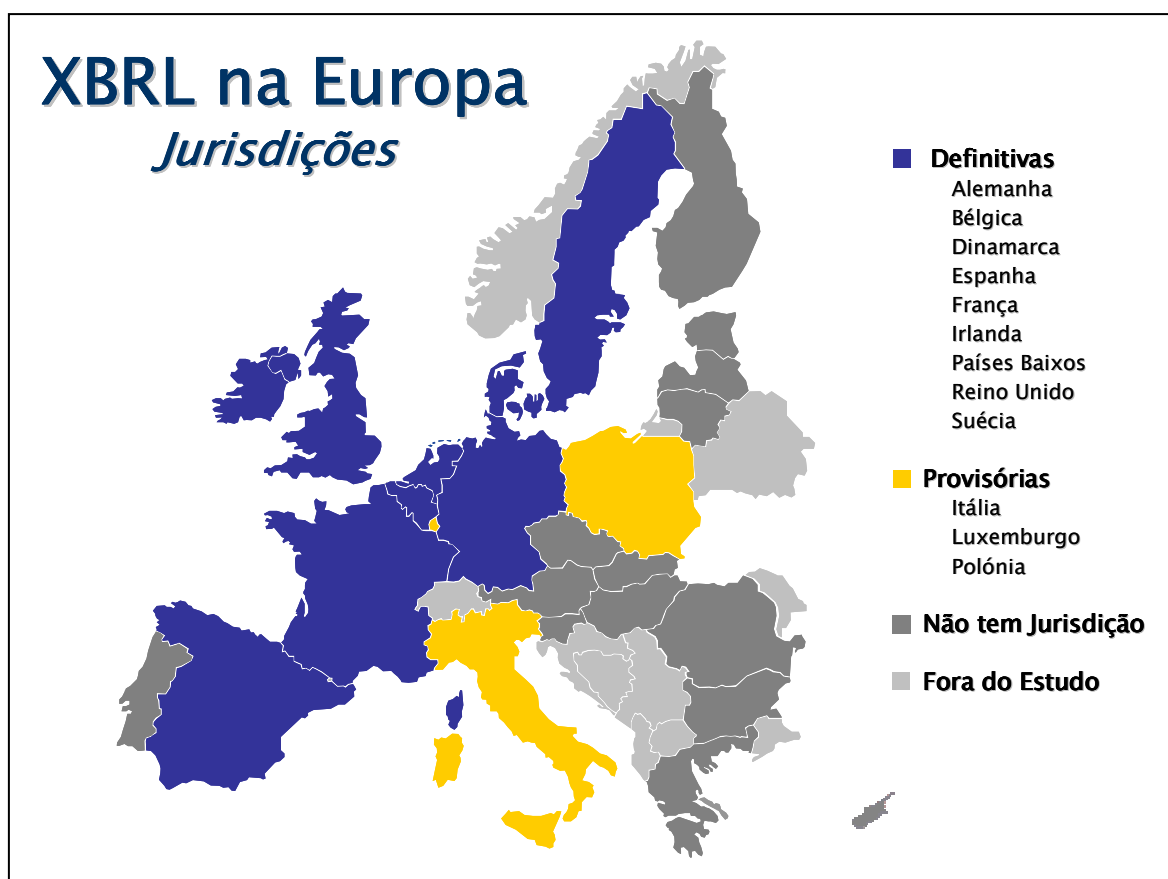


Figura 3 – Jurisdições XBRL na União Europeia

## **4 Estudo Empírico**

### **4.1 Considerações Iniciais**

Embora a maioria das entidades da União Europeia reconheçam as vantagens da utilização da linguagem XBRL, importa saber até que ponto é que esta é utilizada na divulgação da informação financeira das organizações e aceite por quem tem necessidade de analisar essa mesma informação no seio da UE, conforme já referido anteriormente.

Para averiguarmos se o Regulamento (CE) nº 1606/2002 contribuiu para facilitar o uso efectivo da linguagem XBRL, realizámos um estudo empírico que teve como principal objectivo verificar o grau de utilização da linguagem na UE.

Neste sentido, para realizar este estudo escolhemos, numa primeira fase, as sociedades que tenham os seus valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro da UE. Esta escolha teve como objectivo abranger o maior número possível de entidades com predisposição para divulgarem a sua informação financeira em linguagem XBRL.

Efectivamente, as sociedades cotadas em bolsa, quer pela imposição de mínimos de divulgação por parte das autoridades reguladoras dos mercados financeiros, quer principalmente pela necessidade de uma divulgação tempestiva e completa “exigida” por parte dos investidores, mostram-se uma boa base de estudo relativamente à utilização da linguagem XBRL na União Europeia.

Por outro lado, quase todas as sociedades cotadas têm garantida a existência de uma taxonomia para as suas demonstrações financeiras uma vez que, a maioria das sociedades, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002, estão obrigadas a elaborar as suas demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS, para a qual existe desenvolvida a respectiva taxonomia, evitando assim que as entidades tenham de reformular essas demonstrações de acordo com outro normativo.

Esta situação vem assim garantir que o facto de as sociedades não elaborarem a sua informação financeira em formato XBRL não se fica a dever nem a limitações da própria

linguagem, no que diz respeito às taxonomias, nem a limitações de ordem normativa contabilística.

Para além da divulgação voluntária de informação que poderá ser feita, por exemplo, nos seus *websites* e em qualquer formato digital, as sociedades cotadas têm de enviar informação para as bolsas de valores, bancos e autoridades reguladoras dos mercados de valores, entre outros.

Esta obrigatoriedade, de envio de informação financeira, por vezes vai mais longe, chegando mesmo as entidades reguladoras a impor o formato dessa informação. Este facto, por vezes, pode influenciar o formato da divulgação voluntária pois, sendo possível, as sociedades vão tentar minimizar recursos na sua elaboração e vão publicá-la no mesmo formato exigido pelas entidades reguladoras.

Assim, para que uma linguagem de relato financeiro seja utilizada é necessário que, em primeiro lugar, seja aceite e incentivado o seu uso por parte dos seus destinatários.

## **4.2 Metodologia**

Uma vez que de acordo com a Directiva 2004/109/CE (Parlamento Europeu, 2004), todas as sociedades cotadas têm de enviar a sua informação financeira à autoridade reguladora do mercado de valores mobiliários do seu Estado-Membro, pareceu-nos um bom meio de obtermos indicadores sobre o grau de utilização da linguagem XBRL na UE, questionar as 27 autoridades reguladoras sobre a aceitação ou não da linguagem.

Neste sentido, elaborámos um questionário (ver Anexo I) para as autoridades reguladoras com o objectivo de apurar a utilização real da linguagem ao nível das sociedades que tenham os seus valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro da UE.

Posteriormente, após termos obtido algumas respostas que indiciavam o baixo grau de utilização da linguagem ao nível das autoridades reguladoras dos mercados mobiliários e devido à relevância que o sector bancário tem assumido no panorama económico e financeiro actual e ainda porque surgiram indicações que algumas sociedades poderiam enviar a informação financeira para a sua autoridade supervisora do mercado de valores

mobiliários num formato diferente daquele que enviam aos bancos centrais, decidimos alargar o questionário também aos bancos centrais dos Estados-Membros da UE.

As respostas aos questionários foram obtidas entre os meses de Julho e Dezembro de 2008. No caso das autoridades reguladoras dos mercados de capitais na sua maioria foram obtidas através do formulário disponibilizado *on-line*, tendo sido solicitado o seu preenchimento através de carta registada, quanto às restantes autoridades foram enviados os questionários e recebidas as respostas através de *e-mail*.

Neste estudo, para além de querermos saber se as autoridades supervisoras aceitam, não aceitam ou exigem a informação financeira em formato XBRL e qual a representatividade, tentámos, sempre que possível, saber também qual a representatividade dos outros formatos utilizados para o mesmo fim.

#### **4.2.1 COREP / FINREP**

Em Dezembro de 2005, o CEBS publicou as directrizes que estabelecem um quadro normativo de relato financeiro (FINREP) para as instituições de crédito que operam na UE. O FINREP é destinado às instituições de crédito que utilizam as IFRS na elaboração das suas demonstrações financeiras e que têm de elaborar informação similar periódica para, com carácter obrigatório, submeterem às suas autoridades de supervisão (CEBS, 2005).

Em Janeiro de 2006 o CEBS publicou também as orientações para um normativo comum de relato (COREP), relativo à informação sobre o rácio de solvabilidade, a ser enviada às autoridades de supervisão no âmbito da CRD.

Embora as autoridades de supervisão nacionais sejam livres para decidirem os aspectos técnicos relativos ao COREP e ao FINREP, o CEBS incentiva o uso da linguagem XBRL, por considerar que esta pode ser uma ferramenta útil na construção de um sistema harmonizado de relato europeu (CEBS, 2006a). A reforçar este facto o CEBS desenvolveu e tem vindo a aperfeiçoar as taxonomias COREP/FINREP.

Assim, uma vez que o projecto COREP/FINREP será tendencialmente baseado na linguagem XBRL, irá também fazer parte da análise efectuada ao estado da arte nos diversos Estados-Membros da UE. A informação apresentada referente ao

COREP/FINREP foi retirada do *website* deste projecto (CEBS, 2006b, 2006c, 2007a, 2007b) e cruzada com a informação disponibilizada nos *websites* das diversas entidades.

### **4.3 Análise dos Resultados por Estado-Membro**

Esta análise é resultado dos questionários efectuados às entidades reguladoras dos mercados de capitais e aos bancos centrais da UE. No entanto, devido a não ter sido possível obter resposta por parte de um reduzido número de entidades e a fim de complementar o estudo, recorreremos também à análise de informação publicada nos *websites* de todas as entidades referidas e em outras referências bibliográficas.

Assim, neste ponto faremos uma descrição por país relativamente à autoridade reguladora do mercado de capitais, à autoridade reguladora do sector bancário e, sempre que seja relevante, a outras entidades nacionais dos Estados-Membros que recebam informação financeira em formato XBRL.

#### **4.3.1 Alemanha**

A BaFin, entidade supervisora do sector bancário, do sector segurador e do mercado de valores mobiliários da Alemanha, utiliza a plataforma de relato e publicação MVP, baseada na internet, através do qual as várias entidades lhe submetem a sua informação financeira.

A plataforma MVP utiliza um sistema simples e seguro de transmissão de dados. Nesta plataforma os utilizadores têm de estar registados e a comunicação é sempre encriptada com base em assinaturas digitais (BaFin, 2004).

No entanto, esta plataforma não obriga a um formato específico da informação, permitindo que cerca de 70% das entidades que a utilizam, preparem a sua informação financeira com recurso a um *software* chamado DUVA. Este *software* permite, para além da introdução directa de dados, importar informação do Excel, bases de dados e tabelas de outros *softwares* e ainda exportar também em diversos formatos, não contemplando XBRL (Kosis-Gemeinschaft DUVA, 2008).

Conforme se pode verificar, pela análise ao quadro onde estão registadas as respostas ao inquérito (ver Tabelas 2 e 3), das 629 entidades que entre Maio e Julho deste ano enviaram

informação financeira à BaFin, cerca de 440 fizeram-no através da plataforma MVP em formato específico DUVA e 189 em papel.

O banco central da Alemanha, *Bundesbank*, recebe informação de 2.717 entidades, das quais apenas 40 a enviam em linguagem XBRL (ver Tabelas 4 e 5) mas somente relativa ao relato de solvência (COREP), no entanto o uso da linguagem XBRL nesta plataforma é opcional (BaFin, 2007a). Quanto à plataforma FINREP prevê-se a sua utilização para o relato financeiro anual de 2008, estando previsto o uso da linguagem XBRL nesta plataforma (BaFin, 2007b).

Os restantes formatos da informação financeira recebida pelo Bundesbank distribuem-se da seguinte forma: 70% para o Excel, 5% para PDF e 25% para CSV (ver Tabela 5).

O *Official German Register* começou em Janeiro de 2007 a fazer a recolha e publicação de informação financeira em formato electrónico através de um sistema denominado *Electronic Bundesanzeiger*. O envio da informação financeira por parte das empresas alemãs é obrigatório e não gratuito. São aceites vários formatos (Word, RTF, Excel, PDF, XML e XBRL) no entanto, a informação financeira recebida em linguagem XML/XBRL, cerca de 450.000 (ver Tabela 5), é a que tem o preço de submissão mais baixo, representando já a maior parte do relato financeiro recebido. É também disponibilizada gratuitamente no *website* uma ferramenta de conversão do formato MS-Office para XML/XBRL (Verlag, 2008).

#### **4.3.2 Áustria**

A *Finanzmarktaufsicht*, autoridade supervisora austríaca, recebe informação financeira de cerca 1500 entidades, nenhuma dessas entidades envia a sua informação em linguagem XBRL (ver Tabela 2).

O sistema bancário austríaco, embora utilize a plataforma COREP/FINREP, não faz uso da linguagem XBRL. *Oesterreichische Nationalbank* apenas recebe informação em formato XML e texto (ver Tabela 5), prevê-se a utilização da linguagem XBRL até final de 2009 (FMA, 2007a, 2007b).

### 4.3.3 Bélgica

A CBFA não recebe informação financeira das sociedades cotadas em linguagem XBRL. Aproximadamente 200 sociedades cotadas enviam informação à CBFA, das quais a maioria envia em formato PDF e/ou Word (ver Tabelas 2 e 3). No entanto, a CBFA é também supervisora bancária e os bancos usam a linguagem XBRL para enviarem alguma informação à CBFA.

O NBB recebe informação financeira de todas as entidades não financeiras da Bélgica, cerca de 350.000. A linguagem XBRL é obrigatória para as entidades que queiram enviar a sua informação financeira através da internet, em 2008 prevê-se cerca de 300.000 entidades o façam (ver Tabela 4). As entidades podem elaborar a sua informação financeira segundo o normativo IFRS ou segundo as normas contabilísticas belgas, uma vez que tal como para as IFRS, também existe taxonomia para as normas contabilísticas belgas.

O NBB recebe ainda informação financeira em formato PDF de aproximadamente 5.000 entidades e em papel de cerca de 45.000 entidades (ver Tabela 5). O formato em PDF e papel são usados principalmente para a informação não estandardizada, como seja a informação do sector bancário, seguros, contas consolidadas e de sociedades estrangeiras.

O NBB utiliza o COREP e o FINREP. Esta plataforma, neste caso, obriga o uso da linguagem XBRL, no entanto o NBB disponibiliza um *software* gratuito que permite às entidades prepararem a sua informação financeira em linguagem XBRL.

### 4.3.4 Bulgária

A FSC recebe informação financeira de 1.698 entidades, nenhuma dessas entidades envia em linguagem XBRL (ver Tabela 2). Embora a FSC não exija nenhum formato específico, utiliza um sistema de recolha de dados denominado EXTRI, este sistema utiliza o formato XML na transferência e armazenamento da informação (Financial Supervision Commission, 2008).

O *Bulgarian National Bank* utiliza a plataforma COREP/FINREP, no entanto, embora esteja planeado o seu uso, ainda não utiliza a linguagem XBRL.

#### **4.3.5 Chipre**

A CySec não recebe nem utiliza a linguagem XBRL. Recebe informação financeira de 68 entidades de investimento e de 42 instituições bancárias (ver Tabelas 2 e 3; SySec, 2008b). Estas entidades enviam obrigatoriamente alguma informação em formato Excel e têm também de enviar informação através de uma interface disponível via internet, assumindo esta plataforma a denominação de TREM. A informação enviada através desta plataforma tem de ser em formato XML e obedece a um XML Schema específico (SySec, 2008a).

O Banco Central do Chipre deveria utilizar a plataforma COREP na qual a linguagem XBRL deveria ser obrigatória (Central Bank of Cyprus, 2007), no entanto apenas recebe informação em linguagem XBRL de 5 entidades (ver Tabela 5), sendo utilizado o formato texto com especificações próprias.

#### **4.3.6 Dinamarca**

O *Finanstilsynet*, entidade supervisora dos mercados financeiros da Dinamarca recebe informação financeira de 1.386 entidades em formato XML, não é aceite a linguagem XBRL (ver Tabelas 2 e 3).

Quanto ao *Danmarks Nationalbank*, embora utilize a plataforma COREP não recebe informação em XBRL. A plataforma COREP é utilizada apenas para receber uma parte da informação, para a restante maioria desenvolveram um modelo próprio que não tem por base a linguagem XBRL.

#### **4.3.7 Eslováquia**

O NBS como entidade supervisora do mercado de valores mobiliários recebe informação financeira de 102 entidades num formato específico diferente da linguagem XBRL (ver Tabelas 2 e 3).

Enquanto banco central, o NBS recebe informação financeira de cerca de 3.200 entidades através da plataforma COREP/FINREP, sendo o formato utilizado apenas Excel (ver Tabelas 4 e 5).



#### **4.3.8 Eslovénia**

A *Securities Market Agency* não usa nem aceita a linguagem XBRL, recebendo a informação financeira das 27 entidades que supervisiona em formato XML (ver Tabelas 2 e 3).

O *Central Bank of the Republic of Slovenia*, como supervisor bancário, utiliza a plataforma FINREP/COREP na transferência de informação, não utiliza, no entanto, a linguagem XBRL.

#### **4.3.9 Espanha**

A CNMV de Espanha aceita e usa a linguagem XBRL. Das 1.100 entidades que lhe enviam informação financeira, cerca de 440 enviam em linguagem XBRL, 200 em linguagem XML e as restantes utilizam outros formatos não especificados (ver Tabelas 2 e 3).

A CNMV disponibiliza um *software* gratuito no seu *website* para as diversas entidades prepararem o seu relato financeiro em linguagem XBRL. José Revilla, subdirector de sistemas de informação da CNMV é da opinião que a linguagem XBRL está a ser aceite com naturalidade pelas entidades por eles supervisionadas talvez porque já estavam familiarizadas com o uso da linguagem XML.

O Banco de Espanha utiliza a plataforma COREP e obriga a que seja utilizada a linguagem XBRL, exceptuando-se algumas peças financeiras que ainda não se encontram disponíveis em XBRL e que têm de ser apresentadas em formato texto de acordo com as especificações técnicas descritas na instrução externa 1996.07 (Banco de España, 2008).

#### **4.3.10 Estónia**

A *Estonian Financial Supervision Authority* recebe informação financeira de 136 entidades em formato XML com um XML *Schema* específico (ver Tabelas 2 e 3).

O Banco da Estónia, *Eesti Pank*, recebe a informação financeira através da plataforma FINREP em formato XML (ver Tabelas 4 e 5), este formato foi exigido e regulamentado através do decreto nº15 de 20 de Setembro de 2002 “*Electronic format of reports*”, emitido pelo *Eesti Pank* (Eesti Pank, 2002).

#### **4.3.11 Finlândia**

A FIN-FSA recebe informação financeira de 130 entidades em formato PDF e HTML e cerca de 5 dessas entidades fornecem informação adicional em formato Excel e Word (ver Tabelas 2 e 3).

O Banco da Finlândia, *Suomen Pankki*, utiliza a plataforma COREP, sendo a linguagem XBRL opcional, quanto à plataforma FINREP tem utilização prevista para Janeiro de 2009, no entanto ainda não está decidido se a linguagem XBRL irá ser permitida e caso o seja, se será obrigatória.

#### **4.3.12 França**

A AMF recebe informação financeira de cerca de 620 entidades. A informação não é recebida em linguagem XBRL (ver Tabelas 2 e 3), pois a AMF utiliza um sistema de armazenamento de informação denominado GECO, sendo a informação financeira transmitida via electrónica, em formato texto e PDF (AMF, 2006).

A AMF analisou recentemente os custos e benefícios da linguagem XBRL, não tendo ainda tomado uma decisão sobre o seu uso.

O Banco de França utiliza a plataforma COREP/FINREP na qual é obrigatório o uso da linguagem XBRL (AMF, 2007a, 2007b).

#### **4.3.13 Grécia**

A HCMC recebe informação financeira de 290 entidades cotadas e não aceita em linguagem XBRL, sendo os formatos usados o Excel e o PDF.

A HCMC recebe também informação financeira de outras entidades, perfazendo no total 2.466 mas, do mesmo modo, nenhuma desta informação recebida é em linguagem XBRL, sendo distribuída por Excel, PDF, Word e papel (ver Tabelas 2 e 3).

O Banco da Grécia utiliza a plataforma COREP/FINREP, no entanto não utiliza a linguagem XBRL (Bank of Greece, 2007a, 2007b).

#### **4.3.14 Hungria**

A *Hungarian Financial Supervisory Authority* recebe informação financeira de cerca de 2.000 entidades e todas essas entidades enviam a informação em formato texto com uma formatação específica (ver Tabelas 2 e 3).

O *Budapest Stock Exchange* recebe informação financeira de cerca de 100 entidades (64 emitentes e 36 agentes de mercado), não aceitando no entanto essa informação em linguagem XBRL (ver Tabelas 4 e 5). Os formatos enviados pelas entidades emitentes são geralmente PDF, apenas dois enviam em formato Word. Quanto aos agentes de mercado, como sejam intermediários financeiros, sociedades de corretagem e sociedades financeiras enviam todas exclusivamente em formato Excel.

O Banco Central da Hungria, *Magyar Nemzeti Bank*, recebe informação financeira de cerca de 4.000 entidades. Todas utilizam o formato texto separado por vírgulas (CSV) com uma estrutura pré-definida (ver Tabelas 4 e 5). A informação é transferida através da plataforma COREP, prevê-se a utilização da plataforma FINREP em Janeiro de 2010.

#### **4.3.15 Irlanda**

Apesar de ter sido criado um departamento autónomo do CBFSAI denominado *Irish Financial Services Regulatory Authority*, a informação financeira é recebida em termos globais pelo CBFSAI. O CBFSAI utiliza a plataforma COREP/FINREP, sendo opcional a utilização da linguagem XBRL.

Este organismo recebe informação financeira de cerca de 1.000 entidades, das quais apenas 4 enviam em linguagem XBRL, as restantes entidades fazem-no em linguagem XML. Kevin Moloney, elemento do CBFSAI responsável pelo preenchimento do questionário, previa que ainda durante o mês de Outubro entraria em funcionamento um sistema de recolha de dados em formato XBRL (ver Tabelas 2 e 3).

#### **4.3.16 Itália**

A CONSOB, autoridade supervisora dos mercados dos valores mobiliários de Itália, não respondeu ao inquérito, no entanto, pelas pesquisas efectuadas, não encontramos qualquer indício de que aceitem ou utilizem a linguagem XBRL.

A *Banca d'Italia* utiliza a plataforma COREP/FINREP, mas não utiliza a linguagem XBRL. No entanto tem em curso um projecto que envolve a transmissão de informação de bancos e sociedades não financeiras em linguagem XBRL (Associazione Bancaria Italiana, 2008).

#### **4.3.17 Letónia**

A FKTK, autoridade supervisora da banca, seguros e mercados financeiros da Letónia, recebe informação financeira de 132 entidades. Os formatos utilizados são Excel, texto e XML. Segundo a presidente da FKTK, Irena Krumane, não se prevê num futuro próximo o uso da linguagem XBRL (ver Tabelas 2 e 3).

O Banco da Letónia, *Latvijas Banka*, está a utilizar a plataforma COREP/FINREP desde Janeiro de 2008, mas não recebe informação em linguagem XBRL, usam prioritariamente o formato texto (ver Tabelas 4 e 5), no entanto o chefe dos sistemas de informação do Banco da Letónia, Harijs Ozols, refere que estão a equacionar a possibilidade de vir a utilizar o formato XML ou XBRL no futuro.

#### **4.3.18 Lituânia**

A *Lithuanian Securities Commission* recebe informação financeira de 78 entidades e apenas em formato PDF (ver Tabelas 2 e 3).

O Banco da Lituânia, *Lietuvos Bankas*, usa a plataforma COREP/FINREP na transferência de informação. Recebe informação financeira de 15 bancos, sendo toda essa informação obrigatoriamente em linguagem XBRL, bem como a informação emitida pelo próprio Banco da Lituânia. Toda a informação financeira é elaborada de acordo com as IFRS (ver Tabelas 4 e 5).

#### **4.3.19 Luxemburgo**

A CSSF, instituição que congrega os vários serviços de supervisão, recebe informação financeira de 153 entidades, sendo obrigatoriamente em linguagem XBRL (ver Tabelas 2 e 3). A CSSF utiliza a plataforma FINREP/COREP na qual é também obrigatório o uso da linguagem XBRL para todos os elementos que a taxonomia XBRL contemple. Para a generalidade da restante informação é exigido o formato EDIFACT, apenas em alguns casos pontuais é permitido o envio de informação em papel (CSSF, 2007).

#### **4.3.20 Malta**

A MFSA é a única autoridade reguladora de todos os mercados financeiros de Malta, assumindo a supervisão do sector bancário, segurador e do mercado de valores mobiliários.

Em Malta, cerca de 22.000 entidades são obrigadas a enviar informação contabilística e financeira à MFSA para depósito de contas através do sistema “*Registrar of Companies*”. A informação é enviada em papel que posteriormente é digitalizada para arquivo e, no caso das 32 sociedades cotadas, é divulgada no *website* da MFSA, essa informação está em formato PDF (ver Tabelas 2 e 3).

Segundo Joseph Caruana, director adjunto do *Registry of Companies*, a MFSA está a estudar a possibilidade de usar a linguagem XBRL para a submissão da informação contabilística e financeira.

A MFSA utiliza a plataforma COREP no entanto, não utiliza a linguagem XBRL. A plataforma FINREP ainda não foi implementada.

#### **4.3.21 Países Baixos**

A AFM recebe informação financeira de cerca de 270 entidades, das quais 151 enviaram em formato PDF, 6 em formato Word e cerca de 113 em papel (ver Tabelas 2 e 3).

As instituições de crédito submetem a sua informação financeira ao DNB através da plataforma COREP/FINREP, sendo a utilização da linguagem XBRL opcional.

#### **4.3.22 Polónia**

A PFSA recebe informação financeira de cerca de 1600 entidades, das quais aproximadamente 500 enviam em linguagem XBRL. A PFSA utiliza um sistema denominado ESPI para permitir a recolha e envio da informação financeira em linguagem XBRL (ver Tabelas 2 e 3).

A PFSA passou a ser a partir de Janeiro de 2008 a autoridade supervisora dos vários mercados financeiros da Polónia. Para o sector bancário passou a ser utilizada a plataforma COREP/FINREP na transmissão da informação financeira, na qual, supostamente, é obrigatório a utilização da linguagem XBRL.

#### **4.3.23 Portugal**

A CMVM recebe informação financeira de 99 entidades (sociedades cotadas e intermediários financeiros), embora não recebe informação em linguagem XBRL (ver Tabelas 2 e 3).

O Banco de Portugal implementou a plataforma COREP durante o ano de 2007, no entanto não usa a linguagem XBRL (Banco de Portugal, 2007a, 2007b). O Banco de Portugal, no seu departamento de estatística, recebeu informação financeira de 356.941 entidades, das quais 35 enviaram em formato PDF, 3.601 em formato Excel, 869 em formato texto e 352.436 em formato específico XML – IES (ver Tabelas 4 e 5).

O Banco de Portugal recebe informação financeira em 13 tipos de relato diferentes, destes, 11 são elaborados através de aplicações desenvolvidas pelo próprio banco e distribuídas gratuitamente.

#### **4.3.24 Reino Unido**

A FSA é a autoridade de supervisão dos vários mercados financeiros do Reino Unido. Não foi possível obter uma resposta directa ao questionário, no entanto foi possível averiguar que no dia 1 de Outubro deram início à 3ª fase de um projecto não compatível com a linguagem XBRL.

Este projecto baseia-se num sistema MER ou seja, num sistema obrigatório de relato electrónico, conhecido como GABRIEL. A FSA pretende com esta plataforma baseada na internet, recolher, validar e armazenar informação, permitindo uma supervisão e análise de forma mais permanente e eficiente (FSA, 2008).

A FSA utiliza a plataforma COREP até Janeiro de 2009, no entanto também não utiliza a linguagem XBRL (FSA, 2007).

#### **4.3.25 República Checa**

O CNB assume a supervisão dos vários mercados financeiros da República Checa, para além de receber informação financeira de 878 sociedades financeiras e de 40 bancos, recebe também informação financeira de 8.600 entidades não financeiras.

Embora utilizem a plataforma COREP/FINREP, nenhuma entidade envia a sua informação em linguagem XBRL, as 8.600 entidades não financeiras enviam em formato Excel, as 878 sociedades financeiras utilizam o formato XML específico e os 40 bancos utilizam o formato EDIFACT (ver Tabelas 2, 3, 4 e 5).

A Bolsa de Valores de Praga também não recebe nem usa informação financeira em linguagem XBRL, os formatos distribuem-se por Excel, CSV, Word e PDF.

#### **4.3.26 Roménia**

A CNVM da Roménia recebe informação financeira de 1.620 entidades, distribuindo-se pelos formatos PDF, Excel e Word. A CNVM não recebe informação financeira em linguagem XBRL (ver Tabelas 2 e 3).

O BNR recebe informação financeira de 40 instituições de crédito, de 250 instituições financeiras não bancárias e de 12.500 entidades não financeiras (ver Tabelas 4 e 5). O BNR começou a utilizar a plataforma COREP/FINREP no início de 2008, no entanto também não utiliza a linguagem XBRL (BNR, 2007, 2008).

#### **4.3.27 Suécia**

O *Finansinspektionen*, autoridade responsável pela supervisão dos vários mercados financeiros, recebe informação de cerca de 750 entidades em formato XML, podendo ser gerado a partir de uma aplicação em Java (ver Tabelas 2 e 3).

O *Finansinspektionen* utiliza apenas a plataforma COREP sem, no entanto, utilizar a linguagem XBRL (*Finansinspektionen*, 2007a, 2007b).

#### **4.4 Considerações Finais**

Como referem Benston, Bromwich, Litan e Wagenhofer (2006), apesar da evolução tecnológica nos mercados de capitais ter baixado os custos para todos os intervenientes, esta evolução não foi vista com muito entusiasmo por parte das entidades reguladoras pois, do seu ponto de vista, esta globalização diminui o seu poder de regular as negociações de valores de mercado por parte dos seus residentes.

Woolfe (2008), refere ainda que as atenções estão focadas sobre os reguladores dos vários mercados da UE, mas o desentendimento entre eles tem criado projectos isolados e por isso o formato único de relato financeiro provavelmente não terá lugar muito antes de 2011.

Conforme se pode deduzir da análise particular de cada Estado-Membro, de uma forma geral, todas as entidades estão conscientes das vantagens que a linguagem XBRL poderá trazer, no entanto, quer pela existência de sistemas de recolha de informação financeira implementados, quer pela resistência natural à mudança que estes processos apresentam, a linguagem XBRL está longe de ter utilização universal.

##### **4.4.1 Autoridades Reguladoras dos Mercados de Capitais**

Relativamente à questão de estar ou não familiarizado com a linguagem XBRL, todas as autoridades supervisoras que responderam fizeram-no afirmativamente (ver Tabela 2), evidenciando que conhecem a linguagem e por isso sabem identificar o seu formato. No entanto, quando questionados sobre a divulgação de informação financeira nesse formato, apenas a autoridade espanhola respondeu afirmativamente.



A tabela 2 e a tabela 3 contém o resultado dos inquéritos, evidenciando o baixo grau de utilização da linguagem XBRL, apenas 4 autoridades supervisoras dos mercados de capitais dos países da União Europeia recebem informação financeira em linguagem XBRL.

País	Autoridade Reguladora dos Mercados de Capitais	XBRL			Informação Recebida (Nº Entidades)		Representatividade
		Conhecem	Usam	Aceitam			
					Total	XBRL	
Alemanha	Federal Financial Supervisory Authority - BaFin	Yes	No	No	629	0	0%
Austria	Financial Market Authority	Yes	No	No	1500	0	0%
Bélgica	Commission Bancaire, Financiere et Assurances	Yes	No	Yes	200	0	0%
Bulgária	Financial Supervision Commission	Yes	No	No	1689	0	0%
Chipre	Securities and Exchange Commission	Yes	No	No	68	0	0%
Dinamarca	Finanstilsynet	Yes	No	No	1386	0	0%
Eslováquia	National Bank of Slovakia	Yes	No	No	102	0	0%
Eslovénia	Securities Market Agency	Yes	No	No	27	0	0%
Espanha	Comisión Nacional del Mercado de Valores	Yes	Yes	Yes	1100	441	40%
Estónia	Financial Supervision Authority	Yes	No	No	136	0	0%
Finlândia	Rahoitustarkastus FIN-FSA	Yes	No	No	130	0	0%
França	Autorité des Marchés Financiers	Yes	No	No	620	0	0%
Grécia	Hellenic Capital Market Commision	Yes	No	No	290	0	0%
Hungria	Financial Supervisory Authority	Yes	No	No	2000	0	0%
Irlanda	Financial Services Regulatory Authority CBFSAI	Yes	No	Yes	1000	4	0,4%
Itália	Consob (não respondeu)						
Letónia	Financial and Capital Market Commission	Yes	No	No	132	0	0%
Lituania	Securities Commission	Yes	No	No	78	0	0%
Luxemburgo	Commission Surveillance du Secteur Financier	Yes	No	Yes	153	153	100%
Malta	Financial Services Authority	Yes	No	No	22000	0	0%
Países Baixos	Authority for Financial Markets	Yes	No	No	270	0	0%
Polónia	Financial Supervision Authority PFSA	Yes	No	Yes	1600	500	31%
Portugal	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	Yes	No	No	99	0	0%
Reino Unido	Financial Services Authority (não respondeu)						
Rep.Checa	Ceská Národní Banka	Yes	No	No	878	0	0%
Roménia	Comisia Nationala a Valorilor Mobiliaire	Yes	No	No	1620	0	0%
Suécia	Finansinsoektionen	Yes	No	No	750	0	0%

Tabela 2 – Resultado do questionário às autoridades reguladoras dos mercados de capitais

No que diz respeito à sua aceitação, só a Bélgica, Espanha, Irlanda, Luxemburgo e Polónia aceitam informação financeira em formato XBRL. Deste modo, embora a Alemanha, Dinamarca, França, Países Baixos, Reino Unido e a Suécia também tenham jurisdição estabelecida, as suas autoridades supervisoras ainda não aceitam informação financeira em linguagem XBRL.

Dos Estados-Membros da UE que não aceitam a informação financeira em linguagem XBRL e que têm jurisdição estabelecida, apenas os Países Baixos não utilizam um formato específico e obrigatório.

A tabela 3 especifica os vários formatos em que as autoridades reguladoras dos mercados de capitais recebem informação financeira.

País	Autoridade Reguladora dos Mercados de Capitais	Formato							
		XBRL	PDF	EXCEL	WORD	HTML	Outro Formato Significativo		Outros
							Nome	Qtd	
Alemanha	Federal Financial Supervisory Authority - BaFin						DÜVA	440	189 Paper
Austria	Financial Market Authority								
Bélgica	Commission Bancaire, Financiere et Assurances						PDF/Word	200	
Bulgária	Financial Supervision Commission		x	x	x				
Chipre	Securities and Exchange Commission			68		68			
Dinamarca	Finanstilsynet						XML	1386	
Eslováquia	National Bank of Slovakia						Custom	102	
Eslovénia	Securities Market Agency						XML	27	
Espanha	Comisión Nacional del Mercado de Valores	441					XML	200	1080
Estónia	Financial Supervision Authority						XML	136	
Finlândia	Rahoitustarkastus FIN-FSA		130	5	5	130			
França	Autorité des Marchés Financiers						GECO PDF	620	
Grécia	Hellenic Capital Market Commision		290	290					
Hungria	Financial Supervisory Authority						TXT	2000	
Irlanda	Financial Services Regulatory Authority CBFSAI	4					XML	994	
Itália	Consob (não respondeu)								
Letónia	Financial and Capital Market Commission				132		XML,TXT	34	
Lituania	Securities Commission		78						
Luxemburgo	Commission Surveillance du Secteur Financier	x		x			EDIFACT	x	
Malta	Financial Services Authority						Hard copy	22K	
Países Baixos	Authority for Financial Markets		151		6		Hard copy	113	
Polónia	Financial Supervision Authority PFSA	500		80			CSV	15	1000
Portugal	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários		99						
Reino Unido	Financial Services Authority (não respondeu)								
Rep.Checa	Ceská Národní Banka						XML	878	
Roménia	Comisia Nationala a Valorilor Mobiliare		x	x	x				
Suécia	Finansinspektionen						Java	750	

Tabela 3 – Resultado do questionário às autoridades reguladoras dos mercados de capitais (Formatos)

Uma vez que algumas autoridades são simultaneamente supervisoras dos mercados bolsistas, da banca e seguros e por outro lado diversas autoridades recebem também

informação de agentes intermediários, o somatório do número de entidades que lhes envia informação ultrapassa o número de entidades cotadas na UE.

#### 4.4.2 Outras Autoridades

As tabelas 4 e 5 resumem os resultados dos inquéritos a autoridades que não regulam o mercado de capitais, na sua maioria autoridades reguladoras do sector bancário. Também neste caso é possível verificar que a linguagem XBRL está longe de ser utilizada universalmente na divulgação de informação financeira.

País	Autoridade Reguladora	XBRL			Informação Recebida (Nº Entidades)		Representatividade
		Conhecem	Usam	Aceitam	Total	XBRL	
Alemanha	Bundesbank	Yes	No	Yes	2717	40	1,47%
Alemanha	Official German Register	Yes		Yes	450000	45000	100%
Austria	Oesterreichische NationalBank				n.d. <sup>7</sup>	0	0%
Bélgica	National Bank of Belgium	Yes	Yes	Yes	350000	300000	85,7%
Bulgária	Bulgarian National Bank				n.d.	0	0%
Chipre	Central Bank of Cyprus	Yes		Yes	n.d.	5	n.d.
Dinamarca	Danmarks Nationalbank				n.d.	0	0%
Eslováquia	National Bank of Slovakia	Yes	No	No	3200	0	0%
Eslovénia	Central Bank of the Republic of Slovenia				n.d.	0	0%
Espanha	Banco de Espana	Yes		Yes	n.d.	100%	100%
Estónia	Eesti Pank				n.d.	0	0%
Finlândia	Suomen Pankki						
França	Banque de France	Yes		Yes	n.d.	100%	100%
Grécia	Bank of Greece				n.d.	0	0%
Hungria	Magyar Nemzeti Bank	Yes	No	No	4000	0	0%
Hungria	Budapest Stock Exchange	Yes	No	No	100	0	0%
Irlanda	Central Bank – (Autoridade CBFSAI)	Yes	No	Yes			
Itália	Banca d'Italia				n.d.	0	0%
Letónia	Latvijas Banka	Yes	No	No	n.d.	0	0%
Lituânia	Lietuvos Bankas	Yes		Yes	15	15	100%
Luxemburgo	Banque Centrale du Luxembourg (Aut.CSSF)	Yes		Yes	n.d.	100%	100%
Malta	Central Bank of Malta (Autoridade MFSA)						
Países Baixos	De Nederlandsche Bank						
Polónia	Narodowy Bank Polski (Autoridade PFSA)						
Portugal	Banco de Portugal	Yes	No	No	356941	0	0%
Reino Unido	Bank of England (Autoridade FSA)						
Rep.Ceca	CNB	Yes	No	No	8640	0	0%
Roménia	National Bank of Romania	Yes	No	No	12790	0	0%
Suécia	Sveriges Riksbank (Aut. Finansinspektionen)						

Tabela 4 – Uso da linguagem XBRL no relato a outras autoridades

<sup>7</sup> n.d. – Não foi possível determinar o número ou percentagem

Em algumas autoridades representadas na tabela 4 com representatividade de 100%, embora todas as entidades lhes enviem informação financeira em linguagem XBRL, há informação adicional que, por não haver taxonomia disponível, é enviada em outros formatos, ou seja, pelo facto de todas as entidades enviarem informação financeira em linguagem XBRL, não significa que adicionalmente essas mesmas entidades não enviem também outro tipo de informação financeira em formatos diferentes.

A tabela 5 especifica os vários formatos em que outras autoridades reguladoras recebem informação financeira.

País	Autoridade Reguladora	Formato							
		XBRL	PDF	EXCEL	WORD	HTML	Outro Formato Significativo		Outros
							Nome	Qtd	
Alemanha	Bundesbank	40 corep	136	1902			CSV	679	
Alemanha	Official German Register	450000							
Austria	Oesterreichische NationalBank						XML	n.d.	Text (n.d)
Bélgica	National Bank of Belgium	300000	5000				Paper	45000	
Bulgária	Bulgarian National Bank								
Chipre	Central Bank of Cyprus	5					Text	n.d.	
Dinamarca	Danmarks Nationalbank								
Eslováquia	National Bank of Slovakia			3200					
Eslovénia	Central Bank of the Republic of Slovenia								
Espanha	Banco de Espana	100%							
Estónia	Eesti Pank						XML	n.d.	
Finlândia	Suomen Pankki								
França	Banque de France	100%							
Grécia	Bank of Greece								
Hungria	Magyar Nemzeti Bank						CSV	4000	
Hungria	Budapest Stock Exchange		62	36	2				
Irlanda	Central Bank – (Autoridade CBFSAI)								
Itália	Banca d'Italia								
Letónia	Latvijas Banka						Text	n.d.	
Lituania	Lietuvos Bankas	15							
Luxemburgo	Banque Centrale du Luxembourg (Aut.CSSF)	100%							
Malta	Central Bank of Malta (Autoridade MFSA)								
Países	De Nederlandsche Bank								
Polónia	Narodowy Bank Polski (Autoridade PFSA)								
Portugal	Banco de Portugal		35	3601			XML/IES	352436	Text (869)
Reino Unido	Bank of England (Autoridade FSA)								
Rep.Checa	CNB			8600			EDIFACT	40	
Roménia	National Bank of Romania			n.d.			XML	n.d.	
Suécia	Sveriges Riksbank (Aut. Finansinspektionen)								

Tabela 5 – Uso da linguagem XBRL no relato a outras autoridades (Formatos)

Algumas autoridades reguladoras dos mercados de capitais são simultaneamente reguladoras do sector bancário, por isso, os bancos centrais de alguns Estados-Membros não têm indicação da informação recebida, uma vez que esta já consta dos números apresentados nas tabelas 2 e 3.

De salientar que, de todos os Estados-Membros nos quais as suas autoridades supervisoras utilizam a linguagem XBRL, a Lituânia é a única que não tem jurisdição XBRL e por isso também não tem taxonomia para as suas GAAP locais. No entanto, esta situação não impede que a troca de informação no sistema bancário lituânio se faça recorrendo à linguagem XBRL uma vez que toda a informação financeira se encontra elaborada de acordo com as IFRS e para as quais existe taxonomia.

Temos a noção que, mesmo nos casos em que as autoridades supervisoras recebem informação financeira em linguagem XBRL, isso não significa que as entidades sujeitas a essa supervisão a tenham gerado de forma automática a partir das suas bases de dados, ou seja, podem ter utilizado *softwares* autónomos para gerar o ficheiro XBRL e por isso recorrido a algumas tarefas de configuração e conversão de dados ou mesmo à sua introdução manual. No entanto, o facto de estas tarefas terem de ser feitas apenas uma vez e a informação gerada ser aceite universalmente, só por si, já representa uma grande vantagem.

Salientamos também que, de uma forma geral, as autoridades supervisoras que recebem informação financeira em linguagem XBRL disponibilizam *software* para a criação do ficheiro XBRL, garantindo assim às entidades emitentes custos reduzidos e pouco transtorno na elaboração do relato financeiro.

A figura 4 mostra como fica distribuída no mapa a utilização da linguagem XBRL, pelas autoridades supervisoras, nos diversos países da União Europeia, evidenciando desta forma o baixo grau de aplicação da linguagem.

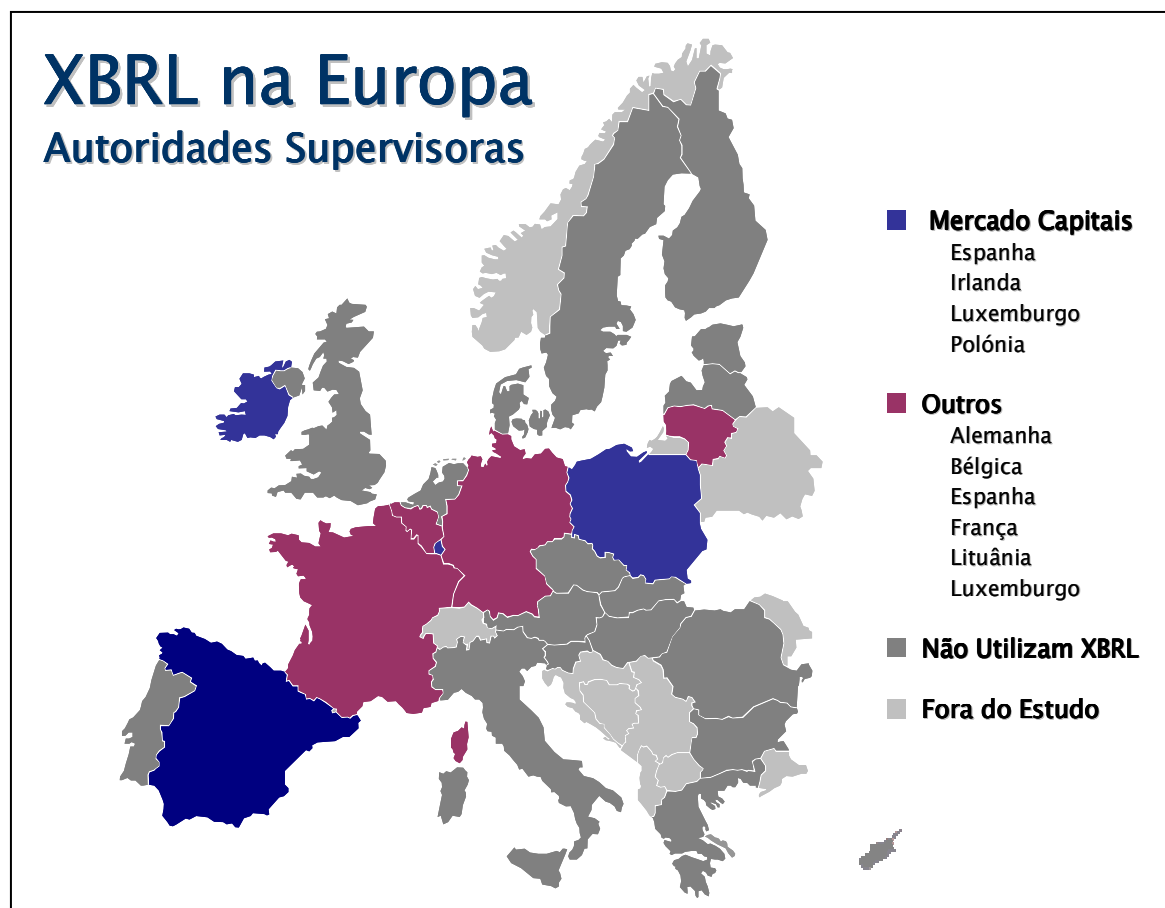


Figura 4 – Distribuição das Autoridades Supervisoras que aceitam a linguagem XBRL na União Europeia

## **5 Conclusões e Proposta de Trabalhos Futuros**

### **5.1 Limitações Encontradas**

Na realização deste trabalho surgiram várias questões que dificultaram a sua elaboração, desde logo a existência de muita informação de carácter sensacionalista sobre a linguagem XBRL veio complicar a selecção de informação efectivamente relevante.

A dificuldade em obter respostas completas ou mesmo de obter resposta de algumas autoridades reguladoras, provavelmente agravada pela actual crise dos mercados financeiros, também constituiu uma dificuldade na elaboração do estudo empírico.

Por outro lado, o facto de algumas autoridades serem simultaneamente reguladoras dos vários mercados financeiros, não fazendo distinção da informação recebida, não permitiu quantificar as entidades emitentes em função do mercado financeiro.

Estes factos vieram impedir que fosse especificado o tipo de informação recebida, ou seja, se a informação recebida por cada autoridade é informação contabilística completa ou é apenas alguma informação de carácter financeiro necessária para as autoridades exercerem as suas funções de supervisão.

### **5.2 Conclusões**

O Regulamento (CE) nº 1606/2002 veio garantir a normalização em termos contabilísticos das contas das empresas em que o relato financeiro se torna mais importante e assim criar as condições necessárias para a normalização da divulgação do relato financeiro com recurso à linguagem XBRL.

São indiscutíveis as vantagens da linguagem XBRL e o seu contributo para a relevância, fiabilidade e comparabilidade da informação financeira.

No entanto, o entusiasmo inicial induzido pelas vantagens que iria proporcionar e pelo facto de ser uma linguagem simples, aberta e gratuita veio gerar expectativas de facilidade na sua implementação.

Efectivamente a história da linguagem XBRL mostra que nem sempre uma boa ideia, que aparentemente se apresentava simples, é assim tão fácil de implementar. Passados 10 anos

desde que Charles Hoffman iniciou os seus protótipos de divulgação de informação financeira, em algumas áreas ainda parece utopia falar de XBRL.

Através do estudo empírico que realizámos, fundamentado por inquéritos às autoridades reguladoras dos mercados de capitais e às autoridades reguladoras do sector bancário dos 27 Estados-Membros da UE, pudemos verificar o baixo grau de utilização da linguagem XBRL. Concluímos neste estudo que, das autoridades questionadas, apenas 4 autoridades reguladoras dos mercados de capitais e 7 autoridades do sector bancário recebem informação em linguagem XBRL.

Estas conclusões revelam que embora o Regulamento (CE) 1606/2002 possa ter facilitado a utilização da linguagem XBRL, na prática a divulgação do relato financeiro ainda está longe de se apresentar normalizada, uma vez que a linguagem XBRL, sendo a que maior contributo pode dar a essa normalização, ainda tem muito caminho a percorrer até ser utilizada universalmente.

Várias poderão ser as justificações para o baixo grau de utilização da linguagem XBRL, desde logo a questão da simplicidade da linguagem. Apesar dos princípios básicos serem de fácil compreensão, na prática as coisas complicam-se, quer porque podem envolver vários conceitos técnicos (*XBRL Instance*, *XBRL Taxonomy*, *XSLT Style Sheet*, *XML*, etc.), quer porque interligam duas áreas distintas, a contabilidade e a informática.

Surge ainda a questão económica, embora a linguagem possa ser de utilização gratuita, “não há almoços grátis”. Por um lado, a maior parte dos *softwares* necessários para gerar ou analisar um ficheiro XBRL têm o seu custo e por outro lado a alteração dos *softwares* existentes nas organizações também tem custos.

Claro que se pode colocar sempre a questão dos benefícios associados ao custo, no entanto, enquanto os destinatários da informação não sentirem os benefícios do uso do formato XBRL, não darão primazia a quem a emita nesse mesmo formato e dificilmente os emissores dessa informação recuperarão os custos incorridos na sua elaboração com recurso à linguagem XBRL.



O factor económico também se reflecte ao nível das jurisdições, a dificuldade de angariar membros espelha de certa forma essa realidade, são os membros que suportam financeiramente, quer a própria jurisdição, quer o consórcio em termos globais.

Assim, em nosso entender, para que a divulgação da linguagem seja mais rápida e eficaz, por um lado, existe a necessidade de disponibilização de *softwares* gratuitos para gerar e analisar a informação em formato XBRL, à semelhança do *software* disponibilizado pela administração fiscal Portuguesa para envio da IES. Por outro lado, a necessidade do uso do poder por parte de algumas autoridades no sentido de obrigar à elaboração das demonstrações financeiras em formato XBRL.

Em Portugal, após a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilístico, poder-se-á pensar em conciliar a linguagem XBRL com os formatos XML usados pela administração fiscal, caso estes evoluam também no sentido das IFRS.

Para além destas vertentes, também os produtores de *software* deveriam ser sensibilizados sobre as vantagens de incluírem nos seus pacotes de *software* a emissão das demonstrações financeiras em linguagem XBRL.

Assim, a linguagem XBRL carece de uma divulgação mais objectiva e virada para aqueles que realmente a podem impulsionar. Carece também de processos de *enforcement* para implementar a sua plena utilização. A necessidade destes processos apresenta-se hoje de fácil justificação devido aos escândalos financeiros que criaram a actual crise nos mercados financeiros.

No entanto, apesar das dificuldades na sua implementação, a linguagem XBRL pelas suas características e pelas provas já dadas, assume-se como inevitável num futuro próximo, proporcionando vantagens incontestáveis a todos os intervenientes no processo de relato financeiro.

### **5.3 Proposta de Trabalhos Futuros**

Parece-nos interessante estudar o impacto da linguagem XBRL ao nível da administração fiscal dos diversos Estados-Membros da UE. No entanto, esse estudo terá de passar numa

primeira fase pela análise das normas aceites em cada Estado-Membro e pela verificação da existência da taxonomia correspondente.

Para complementar as razões do baixo grau de implementação da linguagem XBRL ao nível da UE, deveriam ser estudados e analisados os interesses e políticas existentes em cada Estado-Membro, relativamente à recolha e arquivo do relato financeiro.

Seria de especial interesse o estudo do impacto causado pela determinação da obrigatoriedade do uso da linguagem XBRL. As autoridades que em primeira instância estariam em condições para determinarem essa obrigatoriedade seriam o CESR, o CEBS e a administração fiscal de cada Estado-Membro.

Também nos parece importante o estudo dos possíveis processos para assegurar a integridade e autenticidade da informação contida num ficheiro XBRL bem como os impactos que essa segurança terá na certificação da informação por parte dos auditores.

## Referências Bibliográficas

- Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas, **AECA**, 2003, "XBRL: Un Estándar para el Intercambio Electrónico de Información Económica y Financiera", *Nuevas Tecnologías y Contabilidad, Documento nº 2*
- Alencar, R. C.**, 2005, "Custo do Capital Próprio e Nível de Disclosure nas Empresas Brasileiras", *Brazilian Bsiness Review, Vol. 2, nº1(Jan/Jun)*, 1-12.
- Alves, S. R. P.**, 2005, "Relato financeiro na internet em Portugal", *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, Vol.2, Nº 1*, 3-20.
- Autorité des Marchés Financiers, **AMF**, 2006, Gestion et Epargne: Modalites d'echange d'informations. Acedido a 15/10/2008 em [http://www.amf-france.org/documents/general/5190\\_1.pdf](http://www.amf-france.org/documents/general/5190_1.pdf)
- Autorité des Marchés Financiers, **AMF**, 2007a, Use of the Guidelines on Common Reporting. Acedido a 21/10/2008 em [http://www.banque-france.fr/gb/supervi/telechar/disclosure/SD\\_General\\_information\\_COREP.xls](http://www.banque-france.fr/gb/supervi/telechar/disclosure/SD_General_information_COREP.xls)
- Autorité des Marchés Financiers, **AMF**, 2007b, Use of the Guidelines on Financial Reporting. Acedido a 21/10/2008 em [http://www.banque-france.fr/gb/supervi/telechar/disclosure/SD\\_General\\_information\\_FINREP.xls](http://www.banque-france.fr/gb/supervi/telechar/disclosure/SD_General_information_FINREP.xls)
- Antão, A., Gonçalves, C., Sousa, R., Pereira, A., Figueiredo, A., Sismeiro, A., et al.**, 2007, Abril, "O novo modelo de normalização contabilística nacional", *Revista TOC, # 85*, 23-35.
- Associazione Bancaria Italiana, 2008, Risposta ABI alla consultazione CONSOB sulle proposte di modifica alle disposizioni del Regolamento Emittenti relative al recepimento della Direttiva 2004/109/CE (Transparency). Acedido a 30/10/2008 em [www.consob.it/documenti/Regolamentazione/osservazioni\\_consultazione/transparency/osservazioni\\_consultazione\\_emittenti\\_20080707\\_abi.pdf](http://www.consob.it/documenti/Regolamentazione/osservazioni_consultazione/transparency/osservazioni_consultazione_emittenti_20080707_abi.pdf)
- Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, **BaFin**, 2004, Web-Based Reporting and Publishing Platform (MVP) - User Manual. Acedido a 03/10/2008 em [http://www.bafin.de/cIn\\_109/nn\\_722164/SharedDocs/Downloads/EN/Unternehmen/MeldeplattformMVP/mvp\\_\\_benutzerhandbuch,templateId=raw,property=publicationFile.pdf/mvp\\_benutzerhandbuch.pdf](http://www.bafin.de/cIn_109/nn_722164/SharedDocs/Downloads/EN/Unternehmen/MeldeplattformMVP/mvp__benutzerhandbuch,templateId=raw,property=publicationFile.pdf/mvp_benutzerhandbuch.pdf)
- Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, **BaFin**, 2007a, Use of the Guidelines on Common Reporting. Acedido a 14/10/2008 em <http://ww2.bafin.de/sdtf/xls/corep.xls>
- Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, **BaFin**, 2007b, Use of the Guidelines on Financial Reporting. Acedido a 14/10/2008 em <http://ww2.bafin.de/sdtf/xls/finrep.xls>
- Banco de España, 2008, Instrucción técnica (I.E.2008.02): Normas para la presentación y transmisión telemática de estados financieros de las entidades de crédito de acuerdo al estándar XBRL Acedido a 11/10/2008 em <http://www.bde.es/regulacion/informacion/IE.2008.02.pdf>
- Banco de Portugal, 2007a, Implementação das "Guidelines on Common Reporting". Acedido a 15/10/2008 em [http://www.bportugal.pt/bank/superv/supervisory\\_disclosure/rulesGuidanceExcel/SD%20General%20information%20COREP\\_p.xls](http://www.bportugal.pt/bank/superv/supervisory_disclosure/rulesGuidanceExcel/SD%20General%20information%20COREP_p.xls)

- Banco de Portugal, 2007b, Implementação das "Guidelines on Financial Reporting". Acedido a 15/10/2008 em [http://www.bportugal.pt/bank/superv/supervisory\\_disclosure/rulesGuidanceExcel/SD%20General%20information%20FINREP\\_p.xls](http://www.bportugal.pt/bank/superv/supervisory_disclosure/rulesGuidanceExcel/SD%20General%20information%20FINREP_p.xls)
- Bank of Greece, 2007a, Use of the Guidelines on Common Reporting. Acedido a 22/10/2008 em <http://www.bankofgreece.gr/en/epopteia/cebs/files/SD%20General%20information%20COREP%20rev1.xls>
- Bank of Greece, 2007b, Use of the Guidelines on Financial Reporting. Acedido a 23/10/2008 em <http://www.bankofgreece.gr/en/epopteia/cebs/files/SD%20General%20information%20financial%20REP%20rev1.xls>
- Benston, G. J., Bromwich, M., Litan, R. E., e Wagenhofer, A.**, 2006, *Worldwide Financial Reporting: The Development and Future of Accounting Standards*. OXFORD: Oxford University Press, Inc.
- Banca Nationala a României **BNR**, 2007, Use of the Guidelines on Financial Reporting. Acedido a 01/10/2008 em [http://www.bnro.ro/En/Suprv/XLS\\_DRA/SD\\_General\\_information\\_FINREP.xls](http://www.bnro.ro/En/Suprv/XLS_DRA/SD_General_information_FINREP.xls)
- Banca Nationala a României **BNR**, 2008, Use of the Guidelines on Common Reporting. Acedido a 01/10/2008 em [http://www.bnro.ro/En/Suprv/XLS\\_DRA/SD\\_General\\_information\\_COREP.xls](http://www.bnro.ro/En/Suprv/XLS_DRA/SD_General_information_COREP.xls)
- Boritz, E., 2006, *XBRL and the Future of Web*, Paper presented at the Canadian Conference on IT Audit, Governance and Security, Toronto.
- Botasan, C. A.**, 1997, "Disclosure level and the cost of equity capital", *The Accounting Review*, 72(3), 323-349.
- Bryant University, 2008, What is XML? Acedido a 06/11/2008 em <http://www.xbrleducation.com/edu/xml.htm>
- Committee of European Banking Supervisors, **CEBS**, 2005, CEBS harmonises reporting framework for European financial groups. Acedido a 04/10/2008 em <http://www.c-ebs.org/News--Communications/Archive/2005/CEBS-harmonises-reporting-framework-for-European-f.aspx>
- Committee of European Banking Supervisors, **CEBS**, 2006a, CEBS Harmonises Reporting Framework for European Financial Groups. Acedido a 04/10/2008 em <http://www.c-ebs.org/News--Communications/Archive/2006/CEBS-HARMONISES-REPORTING-FRAMEWORK-FOR-EUROPEAN-F.aspx>
- Committee of European Banking Supervisors, **CEBS**, 2006b, Use of the Guidelines on Common Reporting. Acedido a 03/10/2008 em [http://www.corep.info/corepTaxonomy/corep\\_adoption.html](http://www.corep.info/corepTaxonomy/corep_adoption.html)
- Committee of European Banking Supervisors, **CEBS**, 2006c, Use of the Guidelines on Financial Reporting. Acedido a 03/10/2008 em [http://www.corep.info/finrepTaxonomy/finrep\\_adoption.html](http://www.corep.info/finrepTaxonomy/finrep_adoption.html)
- Committee of European Banking Supervisors, **CEBS**, 2007a, Use of the Guidelines on Common Reporting. Acedido a 04/10/2008 em <http://www.c-ebs.org/documents/Supervisory-Disclosure/spreadsheets/rules/COREP.aspx>
- Committee of European Banking Supervisors, **CEBS**, 2007b, Use of the Guidelines on Financial Reporting. Acedido a 04/10/2008 em <http://www.c-ebs.org/documents/Supervisory-Disclosure/spreadsheets/rules/FINREP.aspx>

- Central Bank of Cyprus, 2007, Directive (Second Issue) On the Balance of Payments Reporting System. Acedido a 25/10/2008 em [http://www.centralbank.gov.cy/media/pdf/LFDRE\\_BOPREPSYSTEM.pdf](http://www.centralbank.gov.cy/media/pdf/LFDRE_BOPREPSYSTEM.pdf)
- Committee of European Securities Regulators, **CESR**, 2003, European Regulation on the Application of IFRS in 2005: Draft recommendation for additional guidance regarding the transition to IFRS. Acedido a 25/10/2008 em <http://www.cesr.eu/index.php?docid=213>
- Chen, K. C. W., Chen, Z., e Wei, K. C. J., 2005, Disclosure, Corporate Governance, and the Cost of Equity Capital in Emerging Markets. Acedido a 15/12/2008 em [http://www.bm.ust.hk/~acct/acsymp2004/Papers/Chen\\_n.pdf](http://www.bm.ust.hk/~acct/acsymp2004/Papers/Chen_n.pdf)
- Cheng, C. S. A., Collins, D., e Huang, H. H.**, 2006, "Shareholder rights, financial disclosure and the cost of equity capital", *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 27(2), 175.
- Comissão de Mercados dos Valores Mobiliários, **CMVM**, 2005, Âmbito das Normas Internacionais de Contabilidade. *Regulamento da CMVM nº 11/2005*. Acedido a 19/04/2008 em [http://www.cmvm.pt/NR/rdonlyres/8D3FF661-5EA9-4161-8BED-4F7EC882B684/5482/reg2005\\_11.pdf](http://www.cmvm.pt/NR/rdonlyres/8D3FF661-5EA9-4161-8BED-4F7EC882B684/5482/reg2005_11.pdf)
- Comissão de Normalização Contabilística, **CNC**, 2007, Proposta de Anexo ao Decreto-Lei que cria o SNC. Acedido a 23/08/2009 em [http://www.cnc.min-financas.pt/SNC\\_projecto/DL\\_SNC\\_anexo.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/SNC_projecto/DL_SNC_anexo.pdf)
- Colgren, D., 2008, XBRL Europe Organization Formed to Drive Further Adoption of XBRL Within European Union. Acedido a 25/06/2008 em <http://www.reuters.com/article/pressRelease/idUS80687+06-May-2008+BW20080506>
- Cravo, D. J.**, 2004, "O processo de Harmonização Contabilística Europeia", *Acção levada a cabo pela CTOC*.
- Commission de Surveillance du Secteur Financier, **CSSF**, 2007, Circulaire CSSF 07/316: Mise à jour du reporting prudentiel. Acedido a 18/10/2008 em [http://www.cssf.lu/uploads/media/cssf07\\_316.pdf](http://www.cssf.lu/uploads/media/cssf07_316.pdf)
- CTOC**, 2007, "Câmara apoia criação de jurisdição portuguesa", *Revista TOC*, #84, 24-25.
- Cunha, C. A. S.**, 2004, Maio, "A (des)credibilidade da informação", *Revista TOC*, # 50, 26-29.
- Deloitte, 2008, IFRS XBRL Taxonomy - Related Information. Acedido a 27/01/2008 em <http://www.iasplus.com/agenda/xbrl.htm>
- Días, J. L. V., Perinán, E. V., Rodríguez, T. E., e Muñoz, F. F.**, 2007, Julho, "XBRL como nuevo lenguaje para la comunicación de las cuentas públicas", *Auditoría Pública*, nº 42, 99-104.
- Eaton, T. V., Nofsinger, J. R., e Weaver, D. G.**, 2007, "Disclosure and the cost of equity in international cross-listing", *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 29(1), 1-24.
- European Committee of Central Balance Sheet Data Offices, **ECCBSO**, 2007, XBRL in European CBSO, *Doc.6, Outubro*. Acedido a 26/04/2008 em [http://www.eccbso.org/publica/pubblizzazioni/IIIWG/WGIII\\_xbrl\\_2007F.pdf](http://www.eccbso.org/publica/pubblizzazioni/IIIWG/WGIII_xbrl_2007F.pdf)
- EDGAR-Online, 2008, About EDGAR Online, Acedido a 27/01/2008, em <http://www.edgar-online.com/company/about.aspx>
- Eesti Pank, 2002, Decree No 15: Electronic format of reports. Acedido a 17/10/2008 em [http://www.eestipank.info/pub/en/dokumendid/dokumendid/oigusaktid/maaruste\\_register/\\_2002/\\_221.html?objId=883165&metadata=yes&content=yes](http://www.eestipank.info/pub/en/dokumendid/dokumendid/oigusaktid/maaruste_register/_2002/_221.html?objId=883165&metadata=yes&content=yes)

- Eurostat, 2003, XBRL The Implications for Economic Statistics. Acedido a 15/05/2008 em <http://circa.europa.eu/irc/dsis/acccstat/info/data/en/index.htm>
- Faria, M. J. S.**, 2005, Junho, "XBRL: reflexões sobre uma nova linguagem contabilística", *Revista TOC*, # 63, 30-33.
- Ferreira, A., e Santos, C.**, 2005, Junho, "Modelação do Relato Financeiro: Facilitador da Linguagem XBRL", *Contabilidade e Gestão*, nº 1, 81-111.
- Financial Supervision Commission, 2008, Annual Report 2007. Acedido a 22/10/2008 em [http://www.fsc.bg/media\\_center/files/Annual\\_Report\\_2007\\_EN.pdf](http://www.fsc.bg/media_center/files/Annual_Report_2007_EN.pdf)
- Finansinspektionen, 2007a, Use of the Guidelines on Common Reporting. Acedido a 03/10/2008 em [http://www.fi.se/upload/90\\_English/30\\_Regulations/supervisory\\_disclosure/SE\\_COREP.xls](http://www.fi.se/upload/90_English/30_Regulations/supervisory_disclosure/SE_COREP.xls)
- Finansinspektionen, 2007b, Use of the Guidelines on Financial Reporting. Acedido a 03/10/2008 em [http://www.fi.se/upload/90\\_English/30\\_Regulations/supervisory\\_disclosure/SE\\_finREP.xls](http://www.fi.se/upload/90_English/30_Regulations/supervisory_disclosure/SE_finREP.xls)
- Financial Market Authority, **FMA**, 2007a, Use of the Guidelines on Common Reporting. Acedido a 14/02/2008 em [http://www.fma.gv.at/cms/op//attachments/0/3/0/CH0473/CMS1202832166033/sd\\_general\\_information\\_corep\\_at\\_final.xls](http://www.fma.gv.at/cms/op//attachments/0/3/0/CH0473/CMS1202832166033/sd_general_information_corep_at_final.xls)
- Financial Market Authority, **FMA**, 2007b, Use of the Guidelines on Financial Reporting. Acedido a 16/10/2008 em [http://www.fma.gv.at/cms/op//attachments/5/1/0/CH0473/CMS1202832392429/sd\\_general\\_information\\_finrep\\_austria\\_final.xls](http://www.fma.gv.at/cms/op//attachments/5/1/0/CH0473/CMS1202832392429/sd_general_information_finrep_austria_final.xls)
- Financial Services Authority, **FSA**, 2007, Use of the Guidelines on Common Reporting. Acedido a 02/10/2008 em [http://www.fsa.gov.uk/pages/About/What/International/basel/disclosure/documents/CO\\_REP.xls](http://www.fsa.gov.uk/pages/About/What/International/basel/disclosure/documents/CO_REP.xls)
- Financial Services Authority, **FSA**, 2008, Mandatory Electronic Reporting. Acedido a 19/10/2008 em <http://www.fsa.gov.uk/pages/Doing/Regulated/Returns/IRR/mer/index.shtml>
- Garbellotto, G.** 2008. How Good Are Your Standards? *Strategic Finance*, 89(12), 67.
- Gray, G. L., e Debreceeny, R., 2001, Financial Reporting on the Internet – Instant, Economical, Global Communication. Acedido a 06/04/2008 em <http://www.ifac.org/Library/Article.tpl?NID=979235133150990>
- Heitlinger, P.**, 2001, *O guia prático da XML*. Porto - Lisboa: Centro Atlântico.
- Hoffman, C., e Strand, C.**, 2001, *XBRL Essentials*. New York: AICPA.
- International Accounting Standards Board, **IASB**, 2004, "Norma Internacional de Contabilidade 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas", *Jornal Oficial da União Europeia*, L 394/117-125.
- International Accounting Standards Board, **IASB**, 2007, Release of 2006 IFRS-GP Taxonomy Labels in Portuguese. Acedido a 09/08/2008 em [http://www.iasb.org/xbnl/news/2007\\_01\\_22\\_PortugueseLB.html](http://www.iasb.org/xbnl/news/2007_01_22_PortugueseLB.html)
- International Accounting Standard Committee Foundation, **IASCF**, 2007, IASC Foundation appoints members to inaugural XBRL Advisory Council and Quality Review Team. Acedido a 27/01/2008 em <http://www.iasplus.com/pressrel/0711xbnl.pdf>

- Kosis-Gemeinschaft DUVA, 2008, Informationsmanagement. Acedido a 04/10/2008 em <http://www.duva.de/fileadmin/pdf/Leistungsbeschreibung20080908.pdf>
- Locke, J., e Lowe, A.** 2007. XBRL: An (Open) Source of Enlightenment or Disillusion? *European Accounting Review*, 16(3), 585.
- Lymer, A.**, 1999, "The Internet and the future of corporate reporting in Europe", *The European Accounting Review*, vol.8, nº2, 289-301.
- Moreira, O., Luiz, E., e Sakata, M.**, 2007, Julho/Agosto, "A comunicação de informação nas instituições públicas e privadas: o caso XBRL - eXtensible Business Reporting Language no Brasil", *Revista de Administração Pública*, vol. 41, nº 4.
- Mota, C. F., Pereira, J. V., e Soares, M. M.**, 2005, "XBRL: A linguagem digital das empresas", *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, nº 5, 279-300.
- Parlamento Europeu**, 2002, "Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 Julho de 2002 relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade", *Publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias de 11/09/2002*.
- Parlamento Europeu**, 2004, "Directiva 2004/109/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Dezembro de 2004", *Publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias de 31/12/2004*, L 390/338-357.
- Parlamento Europeu, 2008, Relatório sobre um ambiente simplificado para as empresas nas áreas do direito das sociedades comerciais, da contabilidade e da auditoria. Acedido a 24/08/2008 em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2008-0101+0+DOC+XML+V0//PT#title2>
- Riccio, E., Sakata, M., Moreira, O., e Quoniam, L.**, 2006, "Introdução ao XBRL - nova linguagem para a divulgação de informações empresariais pela internet", *Ciências da Informação*, v.35, n.3, 166-182.
- Rodrigues, L. L., e Pereira, A. A. C.**, 2004, *Manual de Contabilidade Internacional: A diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional*: Publisher Team.
- Securities and Exchange Commission, **SEC**, 2008a, SEC's Financial Explorer. Acedido a 25/04/2008 em <http://209.234.225.154/viewer/home/>
- Securities and Exchange Commission, **SEC**, 2008b, SEC Proposes New Way for Investors to Get Financial Information on Companies. Acedido a 24/08/2008 em <http://www.sec.gov/news/press/2008/2008-85.htm>
- Silva, P. A. G., e Alves, P. A. P.**, 2001, "As Novas Tecnologias como Veículo de Transmissão da Informação Financeira", *Revista Contabilidade & Finanças FIECAFI - FEA -USP*, v.16, n.27, 24-32.
- Cyprus Securities and Exchange Commission, **SySec**, 2008a, Circular nº CI144-2008-04: Obligation for transaction reporting. Acedido a 27/10/2008 em <http://www.cysec.gov.cy/Downloads/Circulars/2008/EPEY/Circular%20CI%20144-2008-04%20to%20CIFs%20regarding%20transaction%20reporting.pdf>
- Cyprus Securities and Exchange Commission, **SySec**, 2008b, Coding List of CIFs & Credit Institutions (updated 23.10.2008). Acedido a 08/11/2008 em [http://www.cysec.gov.cy/Downloads/Trem/CIF%20Coding\\_EN.pdf](http://www.cysec.gov.cy/Downloads/Trem/CIF%20Coding_EN.pdf)
- Tavares, C., 2008, Reguladores não podem fazer tudo. Acedido a 14/11/2008 em [http://tsf.sapo.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content\\_id=1018114](http://tsf.sapo.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=1018114)

- Verdin, T., e Servais, O.**, 2006, Abril, "REPORTING RÉGLEMENTAIRE: Panorama des projets XBRL en Europe", *Revue Banque*, n° 679, 103-104.
- Verlag, B., 2008, Publikations-Serviceplattform - Vereinfachte Offenlegung Ihres Jahresabschlusses. Acedido a 04/10/2008 em [https://publikations-plattform.de/sp/wexsservelet?session.sessionid=e70825ae1389e405508a8fefa823fd6e&page.navid=to\\_customerinfo\\_2008\\_08](https://publikations-plattform.de/sp/wexsservelet?session.sessionid=e70825ae1389e405508a8fefa823fd6e&page.navid=to_customerinfo_2008_08)
- W3C, 2001, XML Linking Language (XLink) Version 1.0, Acedido a 21/04/2008, em <http://www.w3.org/TR/xlink/>
- W3C, 2007, XHTML 1.1 - Module-based XHTML - Second Edition, Acedido a 13/04/2008, em <http://www.w3.org/TR/xhtml11/>
- W3C, 2008, Extensible Markup Language (XML), Acedido a 20/04/2008, em <http://www.w3.org/XML/>
- Walsh, N., 1999, Understanding XML Schemas, Acedido a 20/04/2008, em <http://www.xml.com/pub/a/1999/07/schemas>
- Woolfe, J.** 2008. XBRL slow to gain traction in EU. *Accounting Today*, 22(5), 8.
- XBRL-España, 2005, Whiter Paper on XBRL Technology. Acedido a 21/09/2008 em [http://www.xbrl.es/downloads/libros/White\\_Paper.pdf](http://www.xbrl.es/downloads/libros/White_Paper.pdf)
- XBRL-International, 2008a, An Introduction to XBRL, Acedido a 26/04/2008, em <http://www.xbrl.org/WhatIsXBRL/>
- XBRL-International, 2008b, Jurisdictions, Acedido a 27/04/2008, em <http://www.xbrl.org/jurisdictions.aspx>
- XBRL-International, 2008c, Role and Organisation of Jurisdictions Acedido a 26/04/2008, em <http://www.xbrl.org/RoleOfJurisdictions/>
- XBRL-International, 2008d, XBRL's History, Acedido a 16/02/2008, em <http://www.xbrl.org/history.aspx>
- XBRL-International, 2008e, XBRL Products & Services. Acedido a 20/11/2008 em <http://www.xbrl.org/ProductsAndServices/>
- XBRL-International, 2008f, XBRL Taxonomies Acedido a 21/09/2008, em <http://www.xbrl.org/Taxonomies/>



## Questionário disponibilizado on-line

Supervisory Authority / Country: \_\_\_\_\_

Person responsible for this information: \_\_\_\_\_

Contact: \_\_\_\_\_

Are you familiar with XBRL (eXtensible Business Reporting Language)? Yes ☐ No ☐

Do you use XBRL to report financial data? Yes ☐ No ☐

Do you accept financial data using XBRL? Yes ☐ No ☐

How many entities provide you with financial data? \_\_\_\_\_

How many entities provide you with financial data using XBRL? \_\_\_\_\_

If possible, please complete the board according to the type of language in which you receive financial data:

Format	XBRL	PDF	Excel	Word	HTML	*	Others
Number of Entities							

\* Fill out with any significant format

Disclosure Period: \_\_\_\_\_